

Ainda sem solução a crise da UnB

Com cerca de 1.500 pessoas e sem a presença do reitor José Carlos Azevedo que embarcava para os EUA, os alunos da UnB se reuniram em assembleia geral, no teatro de arena, para apoiar os departamentos em greve e tentar alguma solução para a crise. O presidente do sindicato dos professores, Libério Pimentel, esteve presente e apoiou o movimento grevista. Foi marcada, uma assembleia para a próxima semana (Página 3).

Terezinha Silveira

Campus

Jornal do Departamento de
Comunicação da UnB

Nº 43-Primeira Quinzena de outubro de 1982

Comunicação
para e debate
novo currículo

(Página 4)

Leia, na Página 3 e no Muro, as opiniões sobre o Congresso da UNE. Para muitos, os conchavos e interesses prejudicaram a escolha do novo representante da entidade estudantil.

Dom Luciano abre o jogo e discrimina os partidos

Aldo Arantes
quer revolução.
E briga com PT

"Os estudantes e as eleições" era o tema do debate. O que se viu, porém, foi uma discussão entre os partidos: PMDB x PT. (Página 9)

James e Gama

Brasília: sem voto, sem voz e sem vez

Bartolomeu Rodrigues *

A bandeira da autonomia política para o Distrito Federal já foi erguida inúmeras vezes, a nível parlamentar e de entidades de classe. Não houve, até agora, uma justificativa plausível do Palácio do Planalto para a completa marginalização de um gigantesco contingente populacional sobre a vida política da cidade. Brasília atingiu a maioridade — 21 anos — sem direito a voto. O país vive hoje em completa efervescência democrática, com partidos e lideranças defendendo seus programas de governo, mas a cidade apenas contempla, apesar do sem-número de problemas que comportam o cinturão de favelas em torno do Plano Piloto. São problemas iguais aos que padecem hoje todas as grandes cidades, e que, da mesma forma, precisam de uma tribuna livre para debetê-los e saná-los. Só o regime não reconhece isto.

Não há, na história da República, um capítulo tão marcante como este de agora. Talvez a sua importância esteja um pouco "parda" devido a todos estes anos de AIs e outras formas de censura que praticamente afastou a juventude brasileira da política. Não é uma inverdade. Pelo contrário, é uma dura realidade o quase completo afastamento da juventude no processo de representação para a cidade. Claro está que uma boa porcentagem não nasceu aqui no cerrado, porém há um número suficientemente considerável (e com voz adulta) para se fazer ouvir. Esta luta é travada pelos que assumiram a cidade, pelos que plantaram seus ideais neste solo e já criaram raízes.

Brasília é a sexta capital brasileira em número de eleitores. Supera inclusive muitos redutos cobçados pelo partido do governo. São quase 600 mil títulos, dos quais apenas 150 mil têm direito a voto — os que não transferiram seu domicílio eleitoral. Mineiros, goianos e cariocas podem decidir uma candidatura em seus Estados de origem. Todos os políticos sabem disto, e os partidos de oposição, principalmente, montaram suas plataformas na cidade para divulgar nomes de candidatos, — o que, certamente, inquietou o governo.

Sem cartazes, sem horário na tevê, sem comícios. O TRE fez cumprir os dispositivos superiores. Tudo está proibido, e o Partido dos Trabalhadores fez, no final de setembro, o último comício desta temporada sob o olhar de um contingente armado da polícia. A Praça do Povo, no Setor Comercial Sul — única tribuna autêntica desta cidade — hoje tem o povo mas não tem a sua voz, a não ser a dos camelôs, também marginalizados mas que resistem...

As oposições conquistaram o seu espaço em Brasília. A convenção que o PMDB realizou no final de agosto no Circulo Operário, em Taguatinga, talvez se constitua na maior demonstração de maturidade política da cidade. Não foi um número reduzido de eleitores que lá compareceu. Milhares. E uma passeata de automóveis desafiou todas as leis proibitivas, lançando sobre o Palácio do Buriti o mais veemente apelo para que seja ocupado por alguém eleito pelo voto direto. Ao mesmo tempo, não houve episódio mais doloroso para essas instituições do que a mudança de governador, em junho, quando o coronel Aimé Lamaison exonerou-se e ocupou o seu lugar outro militar, amigo e colega do presidente Figueiredo, o coronel José Ornellas. Rixas e fofocas palacianas, "como nos tempos da Corte". Nada que houvesse a mínima participação do povo, relegado a planos inferiores, às suas lutas e problemas como se debatam incansavelmente os "Incansáveis" da Ceilândia.

A proibição do TRE, ao mesmo tempo autoritária e contraditória, abre uma discussão maior nesta reta final para as eleições de novembro. Na cidade estão também alguns redutos pedessistas, e os interesses dos candidatos não são menores do que os oposicionistas. Sua atuação, disfarçadamente legal, transparece algumas dúvidas. Candidatos como Eliseu Resende, de Minas, Otávio Lage, de Goiás, e até Hugo Napoleão, do Piauí, têm seus nomes pichados nas paredes e muros da cidade. Seus comitês ocupam algumas salas de aluguel caro na cidade. E uma campanha sórdida contra alguns líderes oposicionistas, promovida sabe-se lá por quem, corre solta mas paradas de ônibus, na Estação Rodoviária, em algum ponto da capital.

* Bartolomeu Rodrigues é estudante de Comunicação, redator do Jornal de Brasília Secretário de Redação do Campus

MURO



A "Santa" e o "de voto"

A condição de "maior país católico do mundo" costuma encher de orgulho a maioria dos brasileiros. De fato, este é um país de devotos, alguns mais outros menos. E cada devoto tem seu santo de predileção. Mesmo que sejam santos cassados, como São Jorge ou São Benedito. Agora, ao aproximarem-se as eleições de 15 de novembro, uma nova "santa" parece surgir no cenário nacional. Pelo menos é o que deu a entender recentemente uma das estrelas da articulação política "planaltina", o secretário-particular do Presidente, Heitor de Aquino Ferreira. Numa conversa com políticos, no Maranhão, Heitor teria afirmado que o governo só vai ganhar as eleições graças à "Nossa Senhora da Vinculação". (Murilo Ramos, Campus).

Um debate muito frio

A mesa-redonda que discutiu a ocupação do espaço de Brasília certamente não será lembrada pelo calor dos debates. Talvez pelo pequeno número de pessoas presentes ao encontro, mesmo sabendo que quantidade não é sinônimo de qualidade, notava-se uma certa apatia do público. Falto paixão, faltou quem se sentisse parte da cidade e levantasse a voz em sua defesa. Não a defesa da cidade como objeto arquitetônico e obra de arte, mas da maneira como se defende algo que dedicamos um pouco de afeto. Não basta apenas localizar e explicar as causas que fizeram de Brasília uma cidade "autoritária", "reacionária", exageradamente funcional e desumana, que não permite o encontro entre as pessoas. É preciso uma proposta séria de mudança, de transformação. Ainda não foi desta vez que Brasília se viu representada na discussão de seus problemas (Antônio Claret, Campus).

O Congresso dos conchavos

Mais uma vez, lamentavelmente, o Congresso da UNE foi marcado pelo conchavo, pelo autoritarismo e por manobras na sua condução. Discussão política foi pouca e pobre, constantemente interrompida por fervorosas e obedientes charangas, orquestradas até mesmo pela mesa da Plenária. São consequências práticas de uma concepção equivocada do caráter da entidade maior dos estudantes. A mesma que tem desviado a UNE de sua especificidade, passando ao largo

das grandes questões estudantis nacionais.

De fato, a UNE ainda não encontrou seu caminho, e não é a mera substituição de diretorias que resolverá o problema. Tem que mudar a concepção — priorizando as lutas educacionais — e os métodos — restaurando a democracia interna — de modo a conquistar novamente a confiança do estudante na UNE, estimulando sua participação. Cresce entre os estudantes brasileiros o desejo de redirecionar sua entidade nacional, devolver-lhe o importante papel histórico que já teve com as grandes campanhas, os CPC's etc. Esse desejo se concretiza no esforço de cada escola em encaminhar as lutas da UNE e pressionar sua diretoria a cumprir efetiva e corretamente o seu papel. (Márcio Araújo, comunicação).



Para onde vai a civilização?

Para onde vamos? Boa pergunta, não é mesmo? Difícil, mas não impossível de responder. Não sabem do que estou falando? Falo a respeito da nossa "civilização moderna", aquela que é a glória dos cientistas, burocratas, tecnocratas e todos aqueles que não vivem sem os papéis, sem a burocracia, sem o orgulho, a vaidade, o ódio, a ganância, a inveja, e vai por aí afora... Ou você não se lembra mais dela? É muito simples. Basta lembrar-se dos 70 Kg. de dinamite, que corresponde a sua quota, que estão zelosamente armazenados nas bases nucleares pelo mundo afora. Mas não se preocupe, faça um seguro de vida e tudo bem. Pelo menos daqui a alguns séculos as futuras gerações já terão um pé de meia. E não se esqueça também de abrir uma caderneta de poupança para os 40 milhões de menores abandonados, herdeiros legítimos da nossa "civilização moderna", além de reservar seu lote no próximo lançamento que sua imobiliária fizer ocupando a terra dos índios sem a menor consideração com eles. Em todo caso, se você é um daqueles que gostam de saber das coisas, compre alguns livros sobre profecias e sintonize para onde vai a "sua civilização moderna". (Eduardo de Oliveira, Campus)

A vez das mulheres

Esther de Figueiredo Ferraz, 52 anos, ministra da Educação; Monika Wulf Mathies, 40 anos, presidente do Sindicato dos Funcionários Públicos da Alemanha Ocidental; Erica Moser Pereira, 32 anos, gerente do Banco do Brasil em Campo - Erê (SC); Clara Araújo, 24 anos, presidente da UNE. Aparentemente sem ter nada em comum, elas fazem parte de um contingente cada vez maior: quebrando tabu, ocupam pela primeira vez cargos até então restritos ao homem. O problema é o mesmo: os homens não aceitam mulheres em cargos de liderança para não se submeter às suas ordens. Em uma sociedade ainda ditada por normas masculinas, a conquista dessas quatro mulheres pode significar, quem sabe, uma luz no fim do túnel (Débora Maroja, Campus).

Goiás mutilado

Não basta a violência para intimidar os candidatos oposicionistas em Estados onde o partido do governo já tem como certa uma derrota. Goiás é um exemplo. Lá, além das ameaças de morte ao candidato Iris Resende (PMDB) por extremistas de direita, para uma outra, articulada pelos estrategistas do governo: a divisão do próprio Estado, assim como foi feito com o Mato Grosso. Dessa forma, praticamente seria anulada a vitória oposicionista, dando vez, em contrapartida, a mais um bônico no poder (BR).

Campus

Jornal — laboratório do Departamento de Comunicação da UnB

Editor-Chefe: Prof. Murilo Ramos. Secretário de Redação: Bartolomeu Rodrigues. Editores: Leticia Borges (UnB), Paulo Xavier Mattoso (Comunidade), Débora Maroja (Cultura), Rossana Alves (Internacional), Terezinha Silveira (Nacional), Ana Lúcia Guimarães (Esportes), Armando Bulcão (Fotografia). Diagramação: Ailton Maia (professor convidado).

Redação: Ana Vera Furquim, Antônio Claret de Souza, Eduardo Oliveira, Eugênia França, Hugo Studart, James Allen, James Gama, Liliana Vera, Maria Carmem Moretzohn, Maria Luiza Brígido, Mara Régia, Miréia Santos, Nelson Luiz, Pedro Paulo Eleutério, Ricardo Bandeira, Sandra Tibana, Virgínia Meirelles.

CRISE

Soluções estão com a Reitoria

Biblioteca mostra danos em seus livros

A Biblioteca Central será, a partir de 25 de outubro, sede de uma exposição incomum. O tema será "a conservação do acervo bibliográfico da UnB".

A mostra faz parte de uma campanha promovida pela direção da BCE visando conscientizar o usuário da Biblioteca da necessidade de conservação do acervo.

Segundo a diretora da Biblioteca, Cibely Villares Coelho, o problema tem assumido uma dimensão assustadora, já que ele aumenta na medida em que o acervo aumenta. "Não se pode ficar vigiando as pessoas, por isso a solução é conscientizar o usuário de que quanto mais ele conservar o livro da Biblioteca, melhor ele será atendido. Não há outro jeito".

PROBLEMAS

Para Cibely, existem três grandes problemas: os livros desaparecidos, os livros mutilados e aqueles rabiscados, e são esses últimos que a diretora pretende mostrar na exposição, "para que os alunos sintam a extensão do problema".

"Na verdade, não se pode afirmar que sejam apenas os alunos os destruidores do acervo. A Biblioteca está aberta à comunidade de Brasília durante todo o ano", adverte Cibely. No entanto, a comunidade acadêmica continua sendo a grande usuária, seja através da consulta ao acervo, seja através do empréstimo de livros ou mesmo na Sala de Reserva. Por isso, a campanha será dirigida a ela. (Rosana Alves).

Propriedade da terra é tema de seminário

O problema de legalização de propriedade da terra foi o ponto mais polêmico do Seminário de Avaliação do "Projeto de Desenvolvimento Urbano-Rural Integrado", do Campus Avançado da UnB. O seminário, realizado no início de outubro, teve como finalidade "fazer um levantamento dos problemas da área e propor formas alternativas de tratamento para essas necessidades".

Graças ao convênio entre a Fundação Universidade de Brasília e a Fundação Projeto Rondon, desde 1970, a UnB tem se responsabilizado pelo Campus Avançado do Médio Araguaia. De lá para cá, cerca de 2.600 alunos, professores e técnicos praticaram a atividade de extensão a nível de interrelação comunitária. Atualmente, são vinte e cinco alunos trabalhando no projeto em áreas como Pedagogia, Arquitetura, Engenharia Florestal, Agronomia e outras.

NOVA XAVANTINA

O Campus Avançado tem sede em Nova Xavantina, em Mato Grosso, mas sua ação abrange três municípios de Goiás — Balisa, Bom Jardim e Aragarças — e sete de Mato Grosso — Torixoréu, General Carneiro, Barra do Garça, Nova Xavantina, Água Boa, Canarana e Camapinápolis.



O presidente do Sindicato dos Professores do DF, Libério Pimentel, apoiou o movimento grevista da UnB

Essa lição vai ser aprendida?

O que se espera de uma instituição em crise é que ela aprenda muito sobre si mesma a ponto de poder utilizar certas lições no futuro. Que existem problemas na UnB não há dúvidas, e toda a comunidade está sendo chamada a discutí-los. Procurando avançar em seu movimento, os estudantes em greve esperam o final das duas semanas, após as quais a Reitoria deverá dar respostas às suas reivindicações. Agora, é o momento de se perguntar se toda a UnB conseguirá deflagrar um movimento de pressão suficiente para resolver o impasse. E hora também de perguntar como irá responder a Administração Central em face de uma possível greve geral.

Algumas pessoas acham a greve geral um instrumento possível de ser utilizado. Outras a colocam em dúvida pelo fato de estarmos há praticamente um mês do final do semestre. Todos, entretanto, enfatizam a necessidade de que o movimento estudantil e de docentes, como um todo, consigam as vitórias pretendidas. Na Medicina, volta do livre-internato; na Enfermagem, melhoras para o estágio; e na Mecânica e Florestal, a contratação de professores para o funcionamento regular dos cursos. A Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (Andes) vai se encontrar com a ministra da Educação para discutir a situação da Universidade brasileira e pedir muitas modificações. Na UnB, como no Brasil, chegou o momento de buscar soluções e aprender muito. O que pode salvar esta oportunidade única é uma coisa simples: revogação do espaço para a discussão e o livre debate (Nelson Luiz).

UNE repete decisões

Marcado pela divisão e pela intransigência das diversas tendências do movimento estudantil, o 34º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) elegeu a baiana Clara Araújo para dirigir a entidade no biênio 82/83.

O Congresso, realizado em Piracicaba nos dias 1, 2 e 3 de outubro, foi aberto pelo presidente, Francisco Javier Alfaya, e contou com a participação do representante da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), Fauzi Esmachini, e de representantes da Organização Continental Latino-Americana de Estudantes (COLLA) e União Internacional de Estudantes (UIE), além de candidatos do PMDB e PDT.

POLARIZAÇÃO

Durante o Congresso as discussões ficaram prejudicadas pela polarização em torno das eleições de novembro e em torno da forma de escolha da nova diretoria da UNE. Nos debates sobre as lutas nacionais ficou aprovado o voto nas oposições e nenhum voto no PDS. As outras duas propostas: ("voto no PT" e "voto em programas e candidatos realmente comprometidos com os interesses populares e lutas estudantis"), foram derrotadas durante a votação.

A escolha da nova diretoria da UNE se deu no Congresso em meio a disputas políticas, conchavos e manobras por parte da antiga diretoria que não queria perder o controle da entidade. Ganhou, naturalmente a que melhor soube trapacear. O grupo Viração ficou com a presidência e ao grupo das charangas, Mãos à obra, coube a vice-presidência. Para a grupo Unidade, e outros de menor importância dentro do movimento estudantil, sobram alguns cargos de pouco valor dentro do jogo de poder. Lamentavelmente, disseram muitos participantes, mais uma vez a UNE estará distanciada dos problemas estudantis, uma vez que a comunidade universitária não foi convidada a participar da escolha de seus futuros dirigentes.

LUTAS EDUCACIONAIS

As propostas aprovadas re-

petiram os Congressos anteriores. Este último apenas referendou o 33º, o 32º e vários outros, quanto à questão das lutas educacionais. A presidente eleita se comprometeu a levar adiante a campanha por mais verbas para o ensino, ser contra os reajustes abusivos cobrados pelas escolas particulares, pela participação de 1/5 nos órgãos colegiados e subsídio para as escolas particulares.

O último item da pauta — lutas internacionais — não foi discutido devido o adiamento da hora, mas, segundo Márcio Araújo, delegado do Departamento de Comunicação da UnB, isto se caracterizou por uma manobra da diretoria da UNE para evitar uma divisão dentro da chapa vencedora, já que as várias tendências que a integram têm posicionamentos diferentes sobre este ponto. Os conchavos são feitos em cima de acordos muito superficiais, visando única e exclusivamente o controle da entidade e a manutenção do poder. A diretoria não se elege em cima de um programa de lutas, distanciando-se cada vez mais do conjunto dos estudantes. Como querem que estes reconheçam a UNE? Para que isto ocorra é preciso que a entidade se comprometa a encampar e levar ao conjunto da sociedade os problemas relacionados com a educação no Brasil.

INCIDENTES

O Congresso foi marcado também por uma série de incidentes, entre os quais a denúncia por parte de 20 entidades gerais (DCEs e UEEs) sobre o credenciamento indiscriminado de delegados pela Diretoria da UNE, visando, claramente, favorecer suas propostas. Estas entidades pediram a convocação de um Conselho Nacional de Entidades Gerais (CONEC) para apurar estas irregularidades. Foi denunciada também a prisão, pela Polícia Federal, do jornalista da Hora do Povo, Claudio Campos, além das reclamações quanto ao barulho provocado pelas verdadeiras torcidas organizadas, presentes ao Congresso. (Terezinha Silveira).

Na última quinta-feira, dia 7, as aulas da UnB foram paralisadas e cerca de 1.500 pessoas se reuniram em assembleia geral no Teatro de Arena, em busca do apoio de toda a Universidade às lutas dos Departamentos em greve. No momento em que a Medicina está parada há 50 dias, a Enfermagem em greve há 46, a Mecânica paralisada há 33 e a Engenharia Florestal, sem aulas há 29 dias, o apoio viria em boa hora. Todos os Centros Acadêmicos presentes reafirmaram que a vitória dos movimentos seria a vitória de toda a Universidade, enquanto a derrota pesaria amargamente sobre o futuro do movimento estudantil.

A assembleia estiveram presentes o diretor de Cultura da UNE, Fernando Trindade, e o professor Libério Pimentel, presidente do Sindicato dos Professores, que trouxe o apoio da Frente Intersindical do DF. Após as discussões ficou decidida uma próxima assembleia de avaliação para a semana que vem; uma concentração em frente ao MEC, na tarde do dia 7; a formação de um comando de luta, (formado pelo DCE e demais CAs) e uma passeata até a Reitoria para exigir respostas concretas para as reivindicações.

Portando faixas e gritando motes como "Paralisação, queremos solução" os alunos lotaram as rampas do prédio da Administração Central, não encontrando o reitor José Carlos Azevedo. Este estava de viagem marcada para os Estados Unidos, onde foi pedir recursos para a UnB ao Banco Mundial, além de ter compromissos na Georgetown University, da qual é membro conselheiro. O vice-reitor, Luiz Otávio de Souza Carmo disse, então, que receberia uma comissão de dez alunos, o que foi prontamente repudiado pelos presentes, que exigiram o contato de Luiz Otávio com toda a assistência.

O vice-reitor disse estar aberto ao diálogo e afirmou que antes do prazo de duas semanas, dado pelos estudantes para que a Administração oferecesse respostas concretas às suas reivindicações, ele teria soluções a apresentar. "O que caracteriza o estudante da UnB é a seriedade e eu desejo que o movimento continue assim. Dentro da minha competência tentarei resolver os problemas". Os estudantes responderam a Luiz Otávio exigindo soluções e se retiraram prometendo cobrar as promessas.

"Para receber os estudantes fui contra os meus princípios, mas o cargo exige isto e eu temia pelo patrimônio, inclusive moral, da UnB. Fiz isso para impedir o uso de força da parte dos alunos, com danos ao próprio movimento. A solução não depende de mim, por isso não posso prometer". Perguntado sobre a possível repressão dos grevistas, disse que a lei em seu duplo sentido-forma e espírito deve ser respeitada por todos, inclusive pelos estudantes. Finalizou dizendo que ela será cumprida. (Nelson Luiz)

Resenha

Vestibular

"Perto de 10 mil candidatos disputarão vaga na Universidade de Brasília, através de concurso vestibular em janeiro de 1983", afirmou o Presidente da Comissão Permanente de Vestibular (COPEVE), professor Ênio de Magalhães. Pela média dos vestibulares passados, assegura Ênio, os cursos mais disputados na relação de candidatos por vaga geralmente são Comunicação, Arquitetura e Direito na área de Ciências Humanas, e na área de Ciências Exatas, Processamento de Dados, Engenharia Agrônoma, Medicina, Odontologia e Engenharia Elétrica. Quanto à taxa do vestibular, ele disse que o valor não é determinado pela Copeve, e sim, pelo Ministério da Educação e Cultura, que cria portarias ditando as normas de conduta para as comissões de vestibulares.

Salão

Será realizado, de 8 a 21 de novembro próximo, o IV Salão Universitário do Distrito Federal. O Salão abrangerá as seguintes categorias: Desenho, Pintura, Gravura, Técnicas Mistas, Escultura/Objetos, Audio Visual. Ele será montado na Biblioteca Central da Universidade de Brasília. As inscrições estarão abertas de 21 a 29 de outubro, na Seção de Zeladoria da Biblioteca, e maiores informações podem ser obtidas no Serviço de Apoio Cultural da Diretoria de Assuntos Comunitários (DAC).

Doutorado

O Departamento de Ciências Sociais informa que estarão abertas, de 20 de outubro a 10 de novembro, as inscrições para o curso de Doutorado em Antropologia Social e Cultural cuja seleção será de 6 a 17 de dezembro. Os interessados devem procurar a Coordenadoria de Pós-Graduação em Antropologia no Departamento.

Poluição

De 19 a 28 de outubro, das 14 às 16 hs., no auditório do Instituto de Ciências Biológicas, será realizado o ciclo de palestras sobre "Poluição: Uma Abordagem Química". Quem promove o ciclo é o Departamento de Biologia Vegetal e a taxa de inscrição é 150 cruzeiros. Maiores informações procurar a DAA ou o Departamento de Biologia.

Otimização

"Otimização do Ensino, de Biblioteconomia" será o tema do seminário promovido pelo Departamento de Biblioteconomia da UnB, de 27 a 29 de outubro. O local será o próprio departamento, com palestras pela manhã e à tarde.

Independente

Se você é poeta ou autor "independente", tem uma boa oportunidade de expor seus trabalhos durante a Feira do Livro, organizada pelos editores e livreiros de Brasília. Ela será realizada de 30 de outubro a 7 de novembro, no Centro de Convenções, com a participação de autores do Rio e São Paulo. Mais informações na Associação dos Bibliotecários do DF (ABDF) e na Associação dos Livreiros e Distribuidores de Livros do DF.

Palestra

O professor Geir Campos fará no dia 20 de outubro palestra sobre "Tradução do Texto Poético", no Departamento de Letras e Linguística. A palestra, sob coordenação do professor Delton de Matos, será realizada no ICCB2-09 das 8 às 10hs.

Exatas

No anfiteatro 9 da UnB, de 27 a 29 de outubro, o 2º Encontro de Pesquisa e Ensino do Instituto de Ciências Exatas. As atividades se desenvolverão durante o dia todo.

Zootecnia

O departamento de Engenharia Agrônoma promoverá de 19 a 27 de outubro, no anfiteatro 9 o seminário "Atualização em Zootécnica. Temas de Pastagens e Afins. As inscrições podem ser feitas na DAA.

Goethe

"Aspectos da Lírica de Goethe e de sua Recepção no Brasil". Este foi o tema da palestra proferida pelo professor Dr. Erwin Th. Rosenthal, da Universidade de São Paulo, dia 14 de outubro, às 20 horas, no Auditório Dois Candangos. O professor Rosenthal é titular da cadeira de alemão na USP, além de autor e jornalista. Sua vinda a Brasília foi patrocinada pelo Decanato de Extensão, pelo Departamento de Letras e Linguística e pelo Instituto Goethe.

Literatura

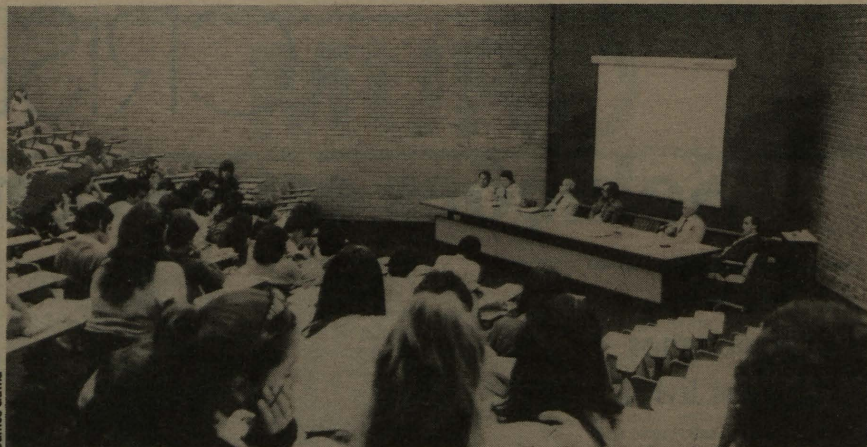
No próximo dia 20 terá prosseguimento o curso de extensão, em nível de Pós-graduação, sobre "Literatura Brasileira e Teoria da Literatura", patrocinado pelo Departamento de Letras e Linguística da UnB. No ICCB2-5, às 14 hs., a prof.ª Lúcia Sander discorrerá sobre "Equus e o Teatro Inglês Contemporâneo". Em seguida, a prof.ª Norma Sant'Anna abordará "O Conto em Edgar Allan Poe". Outras palestras, nos dias 3 e 17 de novembro, darão sequência ao curso, que será encerrado pelo prof.º Flávio Wolf Aguiar, da USP, no dia 1.º de dezembro. ele falará a respeito de "Alencar e o Teatro Romântico".

Distância

O ensino à distância está merecendo muita atenção por parte da UnB. O Jornal da Tarde, periódico paulista, está publicando um curso de "Introdução à Ciência Política" em 8 semanas. O programa, entretanto, não está restrito a São Paulo. O matutino carioca O Globo publicará em breve o mesmo curso.

Inflação

A UnB e o Jornal de Brasília estão colocando à disposição do público um curso à distância com o tema "Inflação". O jornal já publicou as primeiras aulas. As restantes chegarão aos leitores nos próximos sábados trazendo instruções e bibliografia. Ao final do curso os participantes produzirão uma dissertação, obtendo certificado da Universidade.



James Gama

Alunos e professores pararam três dias para discutir o novo currículo

Seminário aponta novos rumos para a comunicação

O debate ultrapassou as expectativas e o Seminário sobre a "Situação e Perspectivas do Ensino de Comunicação no Brasil", promovido pelo Departamento e pelo Centro Acadêmico de Comunicação, teve sua duração ampliada em mais um dia, além dos dois inicialmente previstos. Houve, numa primeira fase, uma tentativa de aproximação da Universidade com a realidade do mercado de trabalho, ouvindo-se profissionais de todas as áreas. Em seguida, debates internos no Departamento.

Antônio Abelim, representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV, disse que a perspectiva em relação ao mercado de trabalho é otimista, por crescerem a cada dia o número de emissoras no Brasil, hoje em torno de 1300, quantidade só superada pelos Estados Unidos.

Alberto Cavalcante, da Associação Brasileira de Documentaristas, vê a questão para o cinema de um outro ângulo: a reserva de mercado para o filme nacional é de apenas 1/3 "O mercado tem se fechado; como, então, haver reserva para o profissional de cinema saído da Universidade?".

O confronto formação acadêmica e vivência diária foi várias vezes levantado. Carlos Henrique, da TV Globo, por exemplo, acredita que o bom profissional de TV se faz mais no convívio direto com a profissão do que

com formação universitária. Para ele, o papel da Universidade "é despertar no estudante a necessidade do bom senso e da racionalidade, jogando uma ducha de água fria em suas ideias românticas".

Gilney Rampazzo, chefe da sucursal da revista Isto É, e Jorge Rosa, chefe de reportagem do jornal O Estado de S. Paulo, consideram a discussão sobre a necessidade ou não dos cursos de Comunicação uma questão superada. "É uma conquista de categoria", afirmaram. Ambos reconheceram deficiências no curso, debtidas inclusive à sua curta existência, e fazem sugestões: melhor embasamento teórico e prática constante. Para Jorge Rosa, não se pode deixar que o tecnicismo e a superespecialização tome conta do jornalismo; "a ânsia de justiça e denúncia e o entusiasmo pela notícia não podem morrer".

Além disso, Rampazzo acrescenta a necessidade de que os professores conjuguem vivência acadêmica e profissional. Porém, para ser um bom repórter precisa ir além: "Tem que ter garra, insatisfação, disposição", atributos que podem ser treinados dentro da escola através do "questionamento com base e disciplina".

A visão de Luiz Edgar Pereira Tostes, Diretor da Editora Abril, percorre um outro caminho: a Universidade está formando o profissional que o mer-

cado demanda? A sua própria pergunta ele responde negativamente, já que os currículos se dirigem para a formação jornalística, enquanto a atividade de Relações Públicas, está, segundo o seu ponto de vista, mais voltada para a Administração. E sugeriu que os alunos procurassem, desde o início do curso, montar, agências ou consultorias para prestação de serviços comunitários.

Maior adequação ao mercado e aproximação com as áreas de Administração e Economia também, foram as preocupações do professor de publicidade Euler Mateus, lembrando que no currículo da UnB, são poucas as matérias para a formação profissional do aluno.

GRUPOS

Todos estes depoimentos serviram de subsídios para alunos e professores que, em grupos correspondentes a cada habilitação, discutiram sugestões para o novo currículo e as formas do departamento se ajustar às exigências nele contidas.

Os grupos de Publicidade e Propaganda e Audiovisual (Cinema, Rádio e TV) foram os que mais reformulações propuseram ao documento da Comissão, do CFE, englobadas num único relatório encaminhado àquele órgão pela representação estudantil na Comissão que, em bloco, assumiu a sua defesa. (A editoria)

Agora, é a vez do CFE

Foram praticamente dois anos de trabalho que, afinal, se revelaram frutíferos — esta a opinião geral na Comissão Especial do CFE que estuda os cursos de Comunicação, ao encerrar os seus trabalhos no último dia 5, com a entrega solene da ata da reunião ao Presidente do Conselho, professor Lafayette Ponde.

O anteprojeto de resolução sobre os cursos deve agora ser encaminhado, pelo presidente do Conselho, a um relator que terá cerca de dois meses para dar o seu parecer. Vai em seguida à apreciação de votos conselheiros, em plenário, para finalmente ser submetido à Ministra da Educação. Sua aplicação está prevista para o primeiro semestre de 1983.

Segundo o professor Lafayette Ponde, o caminho trilhado pela Comissão — com representantes de estudantes, professores, profissionais e empresários da área da Comunicação Social e uma sistemática de trabalho que envolveu consultas aos mais amplos setores — deve abrir uma nova perspec-

tiva para o próprio Conselho, uma nova forma de tratamento dos problemas ligados à Educação. Com isto concordam os membros da Comissão que na ata lida pelo presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, Washington Mello, ressaltaram a significativa abertura desta iniciativa, fruto também, sem dúvida alguma, da pressão e da mobilização das diversas categorias.

MUDANÇAS

Dentre as principais mudanças preconizadas pela Comissão estão a inclusão do ensino de Língua Portuguesa durante todo o curso (excetuando-se o último período, dedicado a Projetos Experimentais) o estabelecimento de um currículo mínimo para ampliar a margem de liberdade de escolha da escola e do estudante; o fortalecimento das matérias técnico-laboratoriais, que deverão corresponder, no mínimo a 40% da carga horária total do curso; a incorporação de matérias decorrentes do desenvolvimento de novas áreas dentro da Comunicação (Comunicação Comunitária, Sis-

temas Internacionais de Comunicação).

Será, no entanto, a exigência de laboratórios completos a que mais alterações acarretará na feição dos atuais cursos. Pela primeira vez, houve um detalhamento de todo o equipamento necessário à cada habilitação, estabelecendo sua quantidade em função da unidade aluno-aula. Preocupada com os custos que esta medida acarretará, a Comissão reivindica que seja a área acadêmica da Comunicação Social considerada com maior prioridade nos planos governamentais de incentivo, amparo e investimento.

A Comissão fez ainda uma série de recomendações e pediu ao Presidente do Conselho que a resolução seja apreciada no mais curto espaço de tempo possível, dada a expectativa que se cria com relação aos seus trabalhos. O professor Ponde prometeu atender e, no Conselho Federal, já é dada como certa a indicação de Júlio Morejón, presidente da Comissão, para relatar o processo. (Leticia Borges)

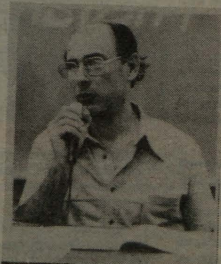
Brasília: uma cidade em questão



O projeto original de Lúcio Costa volta a ser discutido. Em questão, as suas premissas

Evangelista diz que cidade é "reacionária"

"Brasília, ao contrário do que muitos pensam, é uma cidade reacionária". A afirmação é do professor João Evangelista, que diz, também, não haver muito o que se discutir sobre a cidade, já que este é um assunto esgotado. Para ele é muito mais importante saber por que existe essa vontade de discutir Brasília.



função para qual a cidade foi construída é uma coisa nova, e, acredita que esta função pode ser mudada.

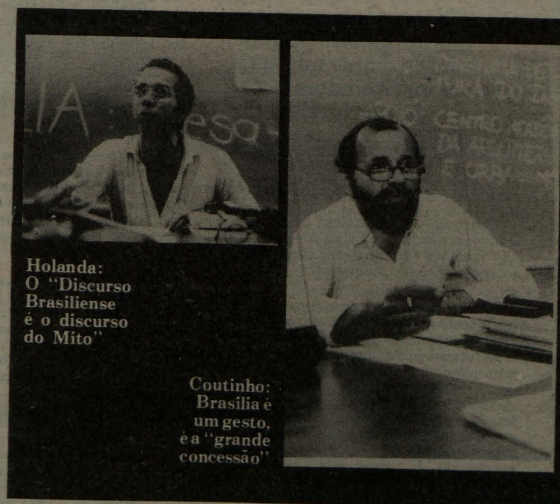
Sociedade Autoritária
João Evangelista não acredita que a nova capital pudesse ser

projetada de um modo diferente, dando lugar a um outro tipo de cidade. No seu entender, Brasília, é o reflexo da sociedade brasileira, e como tal, autoritária. Cita como exemplo de autoritarismo da sociedade brasileira o golpe de 64, quando milhares de pessoas saíram às ruas em protesto contra o governo.

Citando o relatório do júri que elegeu o projeto de Lúcio Costa, cujo conteúdo é uma exposição dos princípios que orientaram a eleição, Evangelista tenta mostrar o caráter autoritário de Brasília. Diz o texto que a cidade deveria expressar a "grandeza e a vontade nacional" e que "para ela tudo Converge". Na nova capital, as unidades de habitação, de trabalho e os centros de comércio "devem estar conectados, subordinados à função governamental".

Segundo João Evangelista isto basta para caracterizar Brasília como autoritária ainda no seu projeto: "Todos os elementos da trama de Brasília estão colocados aí" e a "cidade tem que estar ordenada para o estado e o exercício do poder". Afirmar, também, que a cidade "foi planejada para isso e cumpriu perfeitamente o seu projeto", sendo que a mudança da expectativa em torno da

Na sua análise o professor também conclui que, devido à sua arquitetura e ao contrário do que muitos pensam, Brasília é uma cidade reacionária. Ele faz esta afirmação ao constatar que, para Oscar Niemeyer, arquitetura é uma arte e uma "atitude burguesa". Evangelista entende que apenas em alguns momentos da história a arte pode ser considerada revolucionária, como nos anos da revolução russa. Conclui que a "presunção de continuar considerando a arte como uma coisa especial e universal é anti-revolucionária, ou melhor, reacionária", e portanto, o projeto de Brasília já nasceu reacionário. (Antônio Claret)



Holanda:
O "Discurso
Brasiliense
é o discurso
do Mito"

Coutinho:
Brasília é
um gesto,
é a "grande
concessão"

A Crítica ao "Racionalismo"

Em 1933, arquitetos de mais de 33 cidades, de diferentes latitudes, reuniram-se na cidade de Atenas elaborando um documento que se tornaria, nos anos seguintes, leitura obrigatória das várias gerações de arquitetos posteriores.

Inspiração no Modernismo, a "Carta de Atenas", como ficou conhecido o documento, é na verdade um estudo teórico e metodológico acerca do planejamento urbano, aonde o conceito de "racionalidade" ocupa um lugar fundamental.

Bem ou mal acabada, Brasília, é o exemplo prático deste racionalismo, que transparece não apenas hoje na cidade, mas

igualmente nos demais 25 projetos rejeitados pelo júri, à época da eleição do projeto para construção da nova Capital.

A "Carta de Machu Picchu", de 1977, marcou o início das críticas à "Carta de Atenas", ao aceitar a sua contribuição, de racionalidade, mas se posicionando em favor de uma "mentalidade global e iluminista e tudo o que não é classificável por sua lógica".

Hoje, 1982, estas críticas se avolumam. É o que está presente em muitos "Mitos" apontados pelo professor Fred Holanda, mas que seu colega de Instituto, professor Gunter Kolsdorf, prefere criticar como "racionalismo funcional".

Lúcio Costa permanece intocado. Niemeyer, nem tanto. Mas a distância entre o "discurso de Brasília" e a cidade, na vida cotidiana de seus habitantes, não é hoje medida ou disputada apenas em palavras. Mas em fatos. Pressente-se no ar algo "esquisito". Ou melhor: no espaço.

Não se trata, é evidente, de cobrar o "paraíso", necessário à construção de um "Eldorado". Mas, antes, de se verificar a distância entre o proposto e o atingido. Brasília, hoje, pode ser considerada um modelo bem sucedido de cidade planejada? Se não, a quem atribuir a "culpa": Ao Espaço, a seus habitantes, ou ao Poder?

GESTO

"A cidade que hoje existe não é a proposta em 1957". Quem afirma é o Professor Carlos Coutinho, do Departamento de Arquitetura da UnB, para quem a cidade, a região, expressam na sua distribuição espacial "idéias e intenções do regime estabelecido em 64, que afastou, por prudência, muitos dos que participaram do processo original".

Brasília, a seu ver, deve ser entendida como "gesto", possibilitado por uma concessão do Capital ao Poder Político. "Um espaço concedido a uma elite intelectual para a realização de sonhos e ideais reprimidos por muito tempo e que, de repente, foram liberados sem maior experimentação, sem maior teste".

Em parte, esta seria a explicação para muitas das ilusões contidas no projeto, reflexo, na verdade, de um momento. O que contudo parece ser inadmissível ao professor é que Brasília tenha seu espaço criticado como antidemocrático ou totalitário. "Não existe cidades democráticas. O que existe são sociedades democráticas".

MITOS

Não é essa certamente a opinião de seu colega de universidade, professor Frederico Holanda. A Arquitetura, a seu ver, possui em sua natureza "o conteúdo organizador das relações sociais, das relações entre as pessoas no espaço, condicionando suas relações e sistemas de encontro".

Seu discurso é um áspero questionamento à Carta de Atenas uma identificação ao que chama de "Mito" brasileiro. "Por que de repente esta parafernália de espaços livres ocorre em certos momentos e não em outros da história? Por que as populações das cidades medievais não sentiam necessidade dessa imensa dimensão de ar circulando por todos os lados ou desses imensos tapetes verdes que cobrem a superfície de espaços como o de Brasília?"

E pergunta: "Os espaços livres aqui são espaços efetivamente para a apropriação coletiva ou antes distâncias a serem pervencidas entre pontos, que, estes sim, são os lugares aonde ocorrem as atividades da cidade".

O "mito" da cidade funcional, e sua decorrência, a setorização, são para o professor Holanda problemas de estruturação social, intimamente relacionados com a idéia de "taylorização" nas atividades da fábrica. Quanto ao espaço monumental, afirma o professor "as culturas que elegem espaços monumentais de caráter excepcional diante das características dos espaços da vida cotidiana, são culturas em que há um cisma muito grande entre vida cotidiana e vida cerimonial, economia, política e ideologia". "É é inquestionável que a Praça dos Três Poderes é um apêndice da cidade, que o Espaço Monumental é um espaço afastado da vida cotidiana".

O problema para Holanda está de fato no espaço e não no homem. "É um outro mito", diz "o de que as pessoas não se adaptaram ao novo espaço, que é preciso aprender a usar este espaço. Me parece que não, que uma estrutura de usos segmentada e setorializada produz inevitavelmente um tipo de apropriação". (Armando Bulcão)

DOM L

“ O que a igreja são partidos que desrespeitam”

Um pastor moderado para e

Dom Luciano Mendes de Almeida é o Secretário-Geral da CNBB. A sua atuação frente àquela entidade tem se destacado por um papel de conciliação, tanto entre os setores progressistas e tradicionais da Igreja quanto durante as crises dela com o governo brasileiro. A sua própria maneira de falar, tranquila, comedida, com cada palavra bem pensada para não “ferir” nem a um lado nem a outro, leva-nos a traçar o seu perfil de mediador e lembrar a figura do falecido Petrônio Portella, mestre nessa arte. Para D. Luciano, a Igreja brasileira não se encontra dividida, apesar de reconhecer nela um certo pluralismo de idéias, porém, sem os radicalismos que se tem explorado nas relações da Igreja com o Estado. Radicalismos decorrentes da falta de compreensão da verdadeira missão da Igreja que é a luta pelos pobres, o que não pode ser feito sem algumas denúncias. Abaixo, transcrevemos os principais trechos da entrevista concedida aos repórteres James Gama e Therezinha Silveira.

Campus: D. Luciano, inicialmente gostaríamos de saber qual a linha mestra de atuação da igreja no Brasil?

D. Luciano: A preocupação da Igreja, hoje, é evangelizar a sociedade brasileira em transformação, a partir da opção preferencial pelos pobres, pela libertação integral do homem numa crescente comunhão e participação visando a construção de uma sociedade mais fraterna. Este é o objetivo geral e, dentro de toda essa colocação, o mais importante é conceituar a evangelização como o anúncio de toda essa vida nova que Cristo trouxe ao homem de hoje, a denúncia das injustiças que impedem a realização dessa vida nova, e perceber que não se trata de evangelizar apenas a pessoa e as pessoas individualmente, mas a própria cultura, que deve revelar esses valores como a justiça, o perdão e a esperança.

Campus: E diante dessas injustiças, que nós sabemos serem muitas no Brasil, como é a atuação da Igreja?

D. Luciano: De dois modos: primeiro é preciso reconhecer que as pessoas que formam a Igreja também devem se questionar a respeito da própria justiça. Muitas vezes a mensagem que nós pregamos é maior do que o testemunho que nós damos. Em segundo lugar, é preciso anunciar essa justiça para a sociedade que nos envolve. Esse anúncio da justiça é acompanhado, muitas vezes, da denúncia de situações de injustiça. A Igreja procura constatar as violações da dignidade da pessoa humana e indicar em que áreas isso se dá, para que, justamente dela, possa prestar o seu serviço procurando fazer com que essa justiça seja constantemente promovida. Assim, há alguns campos que são prioritários. A exemplo, o campo das populações indígenas, que precisam ter assegurada a sua cultura e o direito à sobrevivência. Em segundo lugar é o problema da terra. Um país como o nosso tem terra para todos. Necessita também de uma justiça eficaz para que essa terra seja assegurada àquele que nela pre-

cisam trabalhar. O problema dos estrangeiros que devem receber em nosso país um tratamento mais fraterno e não só serem considerados em termos de presença no mercado de trabalho. O problema da vida, a defesa da vida contra todas as formas de violência e em particular, a promoção da vida, desde o primeiro momento da sua concepção até a idade avançada, incluindo o al direito ao tratamento, à aposentadoria e a atendimentos indispensáveis à velhice. E, finalmente, é também gravíssimo o problema do desemprego, uma vez que o homem para viver dignamente deve ter o necessário para isto e obtê-lo através de seu trabalho justamente remunerado. O desemprego cria uma ferida social gravíssima porque impede ao homem um meio

“Não podemos aceitar que um general mande interromper missas, constituindo-se em juiz da igreja”

válido de prover o seu próprio sustento de modo adequado.

Campus: Ao denunciar essas injustiças, a igreja é acusada pelo Estado de se intrometer em assuntos que não são de sua competência. Como é que o senhor vê esta questão?

D. Luciano: Em primeiro lugar, devemos reconhecer que a finalidade da Igreja não é diretamente de atender a problemas da terra ou a problemas por exemplo, de habitação. No entanto aqui é indispensável compreender primeiro aquilo que são as exigências decorrentes da missão da Igreja, e depois perceber o que é função supletiva. A Igreja, interessada no bem integral da pessoa humana, deve fazer com que essa dignidade seja integralmente respeitada e promovida. E, nesse sentido, nada escapa à solicitude da igreja que pretende com o Cristo a se preocupar com o bem integral de cada pessoa. Mas aqui entendemos a necessidade de focalizar a dimensão supletiva. Alguém volta para casa no seu carro, vê um homem acidentado. A pergunta é: temos ou não de parar? Resposta: mesmo que não sejamos médicos ou enfermeiros, aquela vida necessita de nosso atendimento. Assim qualquer um de nós pararia para auxiliar essa pessoa. No entanto se poucos minutos depois viesse uma ambulância, nós deixaríamos o lugar para aqueles mais competentes do que nós nesta área. Então a função da Igreja é, ainda hoje, muitas vezes supletiva, por exemplo em áreas de saúde, educação e promoção social. Ela não pretende ocupar o lugar de outros, mas apenas preencher lugar quando os outros não o ocuparem. Portanto reconhecemos que algumas das atuações da Igreja são de natureza supletiva, mas afirmamos que ela tem o dever de ocupar essa função sempre que haja omissão constatada na sociedade.

Campus: Ao mesmo tempo que o estado acusa a igreja de se ocupar de assuntos que não lhe dizem respeito, um general sai a público para falar de assuntos unicamente de competência da Igreja. Como é que fica a situação da Igreja nestes casos?

D. Luciano: Em primeiro lugar nós devemos identificar este como um caso isolado e portanto perceber que pode ter havido ali uma exorbitância no discurso do general Moacir Pereira. Aliás, esta é a nossa opinião. Realmente o general, em

sua locução em Belo Horizonte, ocupou-se de temas que pertencem à vida interna da igreja.

Campus: Segundo se noticiou, ele estaria falando em nome do Ministro do Exército...

D. Luciano: É, além disso, houve essa alusão por parte da imprensa no sentido de que o general estava falando em nome do Exército. Não consta de suas palavras, mas a nós preocuparia ainda mais se estas palavras representassem o pensamento oficial do governo. Isto estaria revelando uma mentalidade do tipo regalista que pretende uma tutela do Estado sobre a Igreja, com o que nós não podemos, evidentemente, concordar. Nada impede que alguém possa fazer críticas à Igreja e esta deve estar disposta a ouvi-las e aproveitar-se delas para melhorar os seus serviços. No entanto, o que não podemos aceitar é o incentivo ao desrespeito, à autoridade legitimamente constituída da Igreja, quando, por exemplo, concorda o general em interromper atos litúrgicos. Não nos parece que esse direito possa ser justificado. Há um outro aspecto a ser considerado: para todo católico o respeito à igreja e à hierarquia faz parte da sua vida e neste caso achamos que caberia ao general dirigir sua crítica à autoridade legitimamente constituída e não arvorar-se publicamente em juiz da Igreja.

Campus: De uns tempos para cá nota-se uma clara campanha de difamação da Igreja, inclusive com falsificações do jornal O São Paulo e de boletins da CNBB; violação de correspondência de religiosos; a Igreja sendo tachada de comunista. Qual a posição da CNBB frente a esses fatos?

D. Luciano: Em relação a esses fatos que você citou creio que nós podemos constatar o seguinte: com efeito, tem havido não só uma discordância com a posição atual da Igreja, mas até uma agressão contra a Igreja. No sentido de difamação, de ataque verbalmente e de criar uma impressão de diviso dentro dela. Em outras palavras, de procurar silenciar a Igreja no seu trabalho atual. Creio que não se deve impedir a Igreja de cumprir sua missão, pelo contrário, ela deve se sentir mais convocada a testemunhar aquilo que são os valores da sua mensagem. Em relação a esses fatos, eu colocaria primeiro a constatação de que está havendo uma ação organizada, e uma ação sustentada por fontes de recursos bastante fortes, senão não se poderia explicar com um escrito e divulgado largamente em todo o país e, em muitos casos, até apoiado pela imprensa. No entanto, a preocupação é essa: que grupo está gerando toda essa sorte de casos? Parece-nos que são grupos radicais que querem bloquear a ação evangelizadora da Igreja.

Campus: A Igreja tem sido acusada por grupos de extrema direita, inclusive pela TFP, que lançou um livro condenando-a por pregar a convulsão social e o ódio.

D. Luciano: Ainda sobre aquela palavra que você colocou na sua pergunta antes, a respeito da Igreja ser acusada de comunismo, de subversão, é importante afirmar, com clareza e decisão, que a Igreja não pode aceitar uma posição materialista que exclui a existência de Deus e o respeito a ele devido. De modo que nunca um cristão pode pactuar com uma filosofia materialista nem pode pactuar com a restrição da liberdade da pessoa humana. Assim como também não pode pactuar com a injustiça de um capitalismo selvagem. Portanto, aqui é necessário rejeitar essas acusações como improcedentes. Em relação, no entanto, a este outro aspecto de que a TFP e grupos radicais de direita tivessem implicados, devemos reconhecer que não há provas, ainda, de que seja assim. Além de que a TFP tem sido sempre bastante destemida e explícita na afirmação de suas posições e não veio

porque agora estaria recorrendo a procedimentos assim mais implícitos e escondidos. Portanto, não vejo nenhuma prova até o momento que implique a TFP.

Campus: Tem-se notado um certo marasmo, um jogo de empurra-empurra, nas investigações da falsificação do jornal O São Paulo, parecendo caminhar para um novo Rio Centro.

D. Luciano: Sim, tem havido uma lentidão inexplicável. Mas, essa lentidão pode ser também decorrente da própria dificuldade em levantar os indícios. O certo é que não há por que prever um desfecho do tipo do Riocentro, enquanto a própria Igreja continua a sua sindicância e a sua procura.

Campus: Inclusive todas as provas encontradas até agora foram conseguidas pela própria Igreja.

D. Luciano: Como você diz, consta que até agora os indícios mais significativos foram trazidos por pessoas interessadas em colaborar e não pela rede oficial de busca e de pesquisa.

Campus: E justamente isso que coloco, o desinteresse das autoridades oficiais em desvendar o caso.

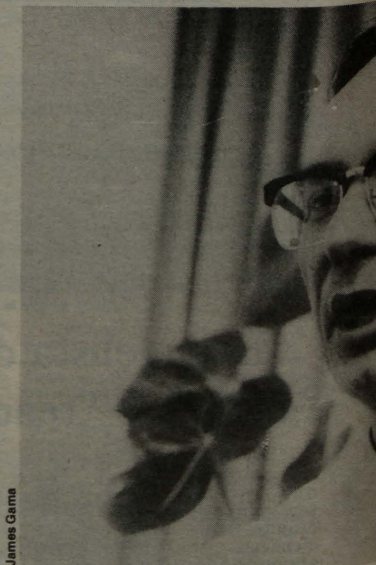
D. Luciano: Reconheço que a lentidão tem a aparência de desinteresse. No entanto, nós temos também que afirmar que as diligências básicas têm sido levadas adiante e permanecem a esperança de que as autoridades continuem atuando na linha de uma descoberta dos responsáveis, não para que tenha lugar revanchismos, mas para que se possa devidamente evitar fatos semelhantes.

Campus: O senhor credita todos esses acontecimentos a grupos radicais interessados em dividir a igreja. Teriam esses grupos motivos para tentar dividi-la?

D. Luciano: Não deveriam ter. Mas o modo de atuar revela uma predileção para uma linguagem em que a Igreja aparece como dividida em grupos que se antagonizam.

Campus: E ela não está dividida?

D. Luciano: Eu reconheço que todo o tipo de



James Gama

LUCIANO

“ não pode aceitar
peitem a dignidade humana

equilibrar uma igreja dividida



Porém, isso é um aspecto, não vamos querer agora apresentar fatos que não sejam reais. Nós constatamos hoje uma diferença na tomada de posição de pessoas da Igreja e respeitamos essas diferenças e gostaríamos de reduzi-las e diminuí-las, mas é o processo que está em curso.

Campus: O sr. falou que um dos pontos principais para a Igreja é a resolução da questão fundiária. O que a Igreja espera da promessa feita pelo ministro Abi-Ackel de levantamento dos conflitos de terra no Brasil e o que ele pensa da criação de um ministério para “resolver” o problema?

D. Luciano: Eu consideraria dois aspectos. Primeiro, a criação de um Ministério da Terra, em si, é positiva. Porque é o reconhecimento efetivo da importância da terra para o Brasil. Agora, o modo como esse ministério deva ser levado, segundo a nossa expectativa, deveria ser tal que respeitasse todos os anseios da população rural. E que não fosse neste momento diminuída a autonomia desse ministério para resolver os urgentes problemas fundiários. De modo que esse instrumento seja colocado a serviço da justiça e que não faça tardar essa justiça quase que privilegiando pessoas e grupos dentro da sociedade. Nós alimentamos a esperança de que seja possível através desse ministério acelerar essas medidas. Quanto à promessa do ministro Abi-Ackel, a mais recente se referia ao interesse que ele demonstrou para pesquisar as responsabilidades em relação aos últimos assassinatos e mortes violentas nas áreas de conflito social pela posse da terra.

Campus: Mas, a grande parte dessa violência nos conflitos de terra é creditada à polícia, que é subordinada ao governo.

D. Luciano: Tem havido violência por parte das autoridades. Mas, eu não reduziria a violência às autoridades. Creio que a violência na terra é muito mais complexa. Ela é um dado de fato, cuja análise é bastante penosa e difícil. E é toda a nação, toda a sociedade, que deve despertar para o problema da terra, sem lançar a respon-

mente as palavras foram ditas. Só que até o momento eu não as tinha ouvido neste sentido, porque acredito que a madre Tereza é uma pessoa que tem acompanhado de perto o problema de injustiça internacional e de nações do terceiro mundo e sem dúvida conhece as causas dessas injustiças. No entanto, com muita modéstia e simplicidade eu gostaria de dizer que apesar dessas frases que conhecemos pelos jornais, a missão da Igreja é bem clara. Ela, como vimos no início, tem também um dimensão social que decorre da valorização da pessoa humana e sua dignidade. E para que essa dimensão social seja respeitada e promovida são necessárias também medidas políticas. Dou um exemplo: uma coisa é dar pão a uma pessoa que tem fome, outra coisa é preocupar-se com a fome de toda uma população. Não pode haver atendimento à fome dessa população sem medidas políticas eficazes. A Igreja não pertence fazer política, mas é próprio da Igreja zelar para que a política seja feita e lembrar o dever que cada cidadão tem de atuar para o bem comum.

Campus — A CNBB lançou há poucos dias um documento pedindo a revogação da Lei de Segurança Nacional. Qual a sua opinião pessoal sobre a LSN?

D. Luciano — Em primeiro lugar, esse documento foi redigido pela Comissão de Justiça e Paz que atua no Rio Grande do Sul; foi apoiado pela reunião realizada no Rio Grande do Sul por bispos, padres e leigos, na última semana, e ela revela a preocupação constante da Igreja no Brasil, que é justamente a vigência da Lei de Segurança Nacional. Uma vez que essa lei caracteriza um regime de exceção, que nós acreditamos está sendo superado, e é um anseio comum que seja definitivamente superado. Portanto, nós aqui gostaríamos de colocar a LSN no seu contexto. Constatando que esse contexto sofreu uma modificação substancial e que a lei se torna inadequada para os momentos que nós ansiamos neste momento viver. Portanto, em relação à Lei de Segurança Nacional, eu diria de um modo bastante claro que sou a favor da revisão completa dessa lei para que o Brasil possa recuperar um estado de direito que salvaguarde amplamente a liberdade das instituições e dos cidadãos.

Campus — A Igreja, sempre que convidada, tem se recusado a participar do Conselho Superior de Censura. Dom Eugênio Sales afirmou a respeito que a Igreja poderia colaborar desde que esse conselho fosse realmente “superior”. Por outro lado, a Igreja critica, também, o artigo 50 da LSN em que é delegado poderes excepcionais ao Ministro da Justiça para censurar. A participação da Igreja no CSC estaria condicionada à eliminação desse artigo?

D. Luciano: Em relação a esse tema que eu conheço mais de perto, eu pediria licença para dizer o seguinte: em primeiro lugar, a Igreja está muito preocupada com o nível moral da nação, com os valores éticos e, evidentemente, tem obrigação de contribuir para isso. Outra coisa é que o faça através de um órgão governamental. A missão da Igreja não é pertencer a este órgão, mas, colaborar para que todos os recursos da sua cidade estejam voltados para a proteção dos valores éticos e morais. Assim, a Igreja através da CNBB declinou o convite feito para participar, desse conselho, mas nunca declinou nem declarou a obrigação de colaborar para aquela que é a finalidade de toda a ação em vista do bem comum que é justamente o alto nível moral das pessoas e das instituições. Em relação, no entanto, a medidas de exceção e a órgãos de censura, é claro que o mais indicado seria que cada pessoa e os grupos tivessem a capacidade de uma autocritica que é muito condizente com a liberdade para evitar, já a partir do próprio

sujeito, tudo aquilo que são abusos na ordem moral. No entanto, nós constatamos hoje, como nas épocas anteriores, graves delitos contra a moral pessoal e pública. Pertence, portanto, à autoridade legitimamente constituída constatar esse delitos e salvar sempre a justiça.

Campus: No filme “República Guarani”, o cineasta Silvio Back critica a ocupação ideológica que a Igreja fez no passado junto aos índios. Afirma, inclusive, que ainda hoje, a igreja pratica uma violência contra a cultura indígena, pois o seu objetivo é unicamente catequizá-los.

“A lei de segurança nacional caracteriza um regime de exceção e é um anseio comum que seja revisada”.

A evangelização tem realmente desnaturalizado o índio com a imposição de uma fé?

D. Luciano: Prescindindo da análise sobre o filme, não tive a oportunidade de ver, queria centrar a resposta sobre a pergunta feita. A evangelização nunca pode destruir valores, deve sim, promovê-los, porque ela é o anúncio de uma boa nova, que significa uma vida coerente com a dignidade da pessoa humana. Houve tempos em que, apesar da boa vontade, a Igreja no processo de evangelização lesou valores autóctones e restringiu o direito que os índios tinham a um processo mais lento e mais assumido de quem ia em busca de valores até então não possuídos. Hoje, a ação da igreja no campo missionário procura estar muito atenta a esse direito que o índio tem no uso da sua liberdade a progredir lentamente no reconhecimento e na vivência desses valores. Portanto a história mostra falhas, mas ela também ajuda para corrigir essas falhas.

Campus: Em entrevista a um jornal paulista, Silvio Back acusa a Igreja de possuir um projeto milenar de dominação e que por isso ela jamais proporá algo como um socialismo democrático aberto, pluripartidário, pois ela sempre esteve comprometida com o Poder. Isso é verdade ou a Igreja se propõe a alguma tarefa nova que não a de catequizar para do minar?

D. Luciano: A verdade é mais ampla. Toda pessoa humana é vulnerável à atração do domínio. Toda pessoa humana e todo grupo é infelizmente atingido por essa vontade de explorar e dominar os outros. Isso não é característica da Igreja, mas de pessoa humana. Só que a Igreja vem fazendo um esforço para reconhecer este risco e si, porém, sobretudo através de atitudes de serviço que criam uma praxis de superação de toda a tentação de do minar.

Campus: Possui fundamento a afirmação de que, em função do processo eleitoral que se configura e, principalmente, da força que ainda representa junto a grande parte da população brasileira, a Igreja vem sendo “paparicada” por todos os partidos?

D. Luciano: Não só paparicada, mas também criticada. Existem elementos da Igreja que se comprometem com determinado partido, mas a Igreja como um todo não deve inclinar por este ou aquele partido, porque ao se identificar com determinada linha política ela perde o direito de crítica-la. No entanto, o que ela não pode aceitar são partidos que desrespeitem a dignidade humana.

corporação, de entidade muito ampla tem que aceitar o pluralismo. Mas, é notável a concórdia que há entre as comunidades, entre as dioceses e entre os bispos da Igreja do Brasil nas questões fundamentais, sem que isso impeça que nós reconheçamos que há exceções. Como, aliás, é humanamente impossível de evitarmos.

Campus: O sr. falou em pluralismo, mas o que se nota na Igreja é a existência de duas linhas, de duas tendências — uma progressista e outra tradicional ou conservadora.

D. Luciano: Esta é uma linguagem que nós temos procurado sempre mostrar que não é adequada. Não é que a Igreja esteja dividida entre progressistas e não-progressistas ou conservadores ou tradicionalistas, mas há tendências dentro do grande bloco central no seio da Igreja que revela uma predileção para lados mais tradicionais ou para lados mais assim, eu não digo progressistas, mas mais avançados. Só que esses aspectos e tendências são explorados no sentido de uma radicalização por parte daqueles que pretendem analisar a vida da Igreja.

Campus: No seu entender, então, a Igreja vive uma harmonia completa.

D. Luciano: Não, não foi isso que eu disse. Eu acho que no grande corpo da Igreja é preciso manter sempre o pluralismo. Agora, o importante é que esse pluralismo não seja fruto ou constatação de radicalismos, mas, o respeito a posições que muitas vezes são diferentes por falta de informação ou por parcialidade de enfoques, mas que devem evidentemente sempre salvar a mesma fé, salvar o respeito fraterno e salvar, também, em busca da verdade. Ora, nós constatamos hoje, aqui e ali, algumas expressões de radicalismos, mas não cremos que isso define a vida da Igreja. Isso somente comprova a exceção. Se você quiser, eu diria que acho a Igreja, graças a Deus, mais unida do que muitas vezes as pessoas pensam. Você vê, nós temos documentos aprovados na assembleia com 250, 260 bispos e um voto contrário, quatro votos contra. Qual é a assembleia que tem tido uma coesão desse tipo e com votação secreta?

“A Igreja não cabe fazer política, mas cabe zelar para que seja feita em prol do bem comum”

sabilidade sobre grupos apenas, uma vez que, somente a consciência nacional poderá servir de suporte para uma mudança definitiva de função a esse respeito.

Campus: A criação do Ministério da Terra, no seu entender, é importante para acelerar as medidas referentes aos conflitos. Mas, muitos setores da Igreja afirmam que apenas acelerar processos não resolve o problema da terra no Brasil e pregam uma verdadeira reforma agrária. O senhor concorda com a ideia?

D. Luciano: Concordo plenamente. Ninguém nega que a aceleração possa ter essa dimensão de estabelecer bases sólidas para uma tomada de posição mais eficaz a esse respeito.

Campus: A madre Tereza de Calcutá pediu ao cardeal dom Eugênio Sales um padre sem envolvimento político e que não fosse comprometido com a Teologia da Libertação para dar assistência espiritual a algumas freiras. Será que a Igreja brasileira está tão politizada assim ao ponto dos seus membros preparem abertamente o patrulhamento ideológico?

D. Luciano: A notícia dada pelo jornal realmente é no sentido da pergunta feita e provavel-



Zuazo assume uma Bolívia em crise

As siglas ADN, UDP, MNRI, PS-1, COB, POR, MIR e nomes como Estenssoro, Banzer, Lechin compõem o complexo quadro político sobre o qual o presidente da Bolívia, Hernán Siles Zuazo e o vice-presidente Jaime Paz Zamora terão de organizar o país desde que tomaram posse diante de representantes de países da América do Norte e do Sul, domingo, dia 10.

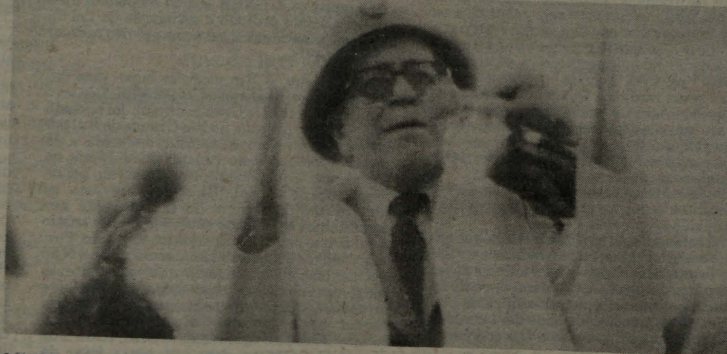
Conseguir a "união nacional" é possível, mas com algumas concessões feitas pelas forças políticas, que nem sempre estão dispostas a mostrar a sua boa vontade. Zuazo é da Unidade Democrática Popular — UDP, uma coligação de sete partidos. E é o representante máximo do Movimento Nacional Revolucionário de Esquerda — MNRI, um dos partidos que fazem parte da UDP e que tem a seu favor importantes realizações após a renolução de 1952, quando o exército nacional foi destruído. Dentre as mais relevantes estão a nacionalização das minas bolivianas, reforma agrária, educativa e a instituição do voto universal, pelo qual Zuazo foi o primeiro a ser eleito, quando sucedeu a Paz Estenssoro, líder, hoje, do movimento nacional revolucionário — MNR histórico.

A outra grande força política é Hugo Banzer, ex-ditador, ex-general e atual líder da Aliança Democrática Nacional — ADN, partido que representa a direita. É apoiado principalmente pela burguesia mineira desde que esteve no poder de 1971 a 1978, quando derrubou José Torres, então presidente eleito. Durante o seu período ditatorial, Banzer iniciou reformas institucionais nacionalistas que, segundo o boliviano René Villegas, correspondente da Agência Reuters de Notícias, catalizou posições fortemente nacionalistas dentro das Forças Armadas. Outro nome importante é o ex-presidente Paz Estenssoro, que esteve na chefia do governo por duas vezes, de 1952 a 1956, após a revolução, sucedendo-o Zuazo até 1960, retorna então para governar até 1964. Aí começa uma onda de golpes que descaracterizou totalmente os objetivos da revolução de 52, um levante popular que derrubou o governo da época. Paz Estenssoro e Siles Zuazo, além de Zamora, eram do mesmo partido, o

MNRI, que após o golpe de Banzer dividiu-se, originando inclusive o Movimento de Esquerda Revolucionária — MIR, um moderno partido comunista sem intenção guerrilheira.

DIFICULDADES

Siles Zuazo tem, então, um grande problema. Seu atual partido, a UDP, conta apenas com 38% das cadeiras do Congresso. Isso indica que o presidente terá que ter habilidade o bastante para conseguir reunir os pequenos partidos ao redor de suas decisões. Uma das opções é o Partido Socialista 1, Com 11 representantes. E ainda existem os pequenos, como o POR, Partido de Representação Classista e de orientação Trotskista, o Partido Revolucionário Autêntico — PRA, de Guevara Arce e a Democracia Cristã, de quem Zuazo garante já ter o apoio. A nível popular, o grande trunfo é, sem dúvida, a Central Operária Boliviana, liderada por Juan Lechin, responsável pela maior parte das greves que levaram os militares ao desespero a ponto de entregarem o poder aos civis. E Lechin guarda seus ressentimentos. Acusa Zuazo e Estenssoro de terem tirado dele o direito de, em 1970, assumir como terceiro presidente a Revolução de 1952. Zuazo, no entanto, já declarou que a COB praticamente co-governará, ocupando alguns ministérios de seu



governo. Uma parcela do futuro eleitoral está, sem dúvida, nas mãos do Movimento de Esquerda Revolucionária — MIR, que reivindica para si o fato de ser o "entroncamento histórico" entre os objetivos da Revolução de 52 e a atual situação do país.

MILITARES

Villegas, no entanto, acha que Zuazo e Paz Zamora encontrarão algumas facilidades, já que no momento "é por demais desesperador e os partidos deixarão as dificuldades políticas para um período em que alguns problemas, pelo menos os mais básicos, sejam resolvidos. É preciso primeiramente conseguir que as Forças Armadas decidam afastar-se, de uma vez por todas, do poder político. Porque sempre, mesmo que não estivessem no governo, os militares mantiveram o poder político sob controle. Esse é o melhor momento para Zuazo aproveitar o desgaste das Forças Armadas frente ao povo e diante de si mesma". E prossegue: "Os militares entregaram o poder basicamente por causa da incapacidade de regular economicamente o país. A gota d'água foi a greve geral, liderada por mais de 35 mil mineiros, que são a base da economia boliviana. Os problemas avassaladores, como falta de alimentos e salários, foram o pano de fundo da entrega do poder aos civis." (Jamers Allen)

Brasil e Caribe, a difícil neutralidade

A posição oficial do Brasil frente ao conflito de fronteiras entre a Venezuela e a Guiana é de neutralidade diplomática. "Que seja respeitada a inviolabilidade dos tratados, que não podem e não devem ser mudados unilateralmente." Mas, mesmo sendo favorável à solução pacífica das controvérsias, o Brasil assinou acordos com a Guiana para vender aviões de guerra e veículos blindados de transporte de tropas. O Brasil irá ainda ajudar a financiar um projeto hidrelétrico na região de Essequibo, reivindicada pela Venezuela.

Na verdade, o governo brasileiro tem interesses específicos na área de conflito. Roraima, território limítrofe da Guiana, passa por um processo de desenvolvimento voltado para o exterior. A construção da Usina Hidrelétrica sobre o Rio Rupununi favoreceria Roraima. É mais barato para o Brasil comprar energia da Guiana que transmitir — a do Amazonas.

Por outro lado, a permanência da região de Essequibo como território Guianense favoreceria a saída do Brasil para o mar do Caribe. Atualmente os produtos brasileiros saem da região centro-sul do país, dificultando um maior intercâmbio comercial entre o Brasil e os países do Caribe. Com a hegemonia venezuelana em Essequibo, os interesses brasileiros estariam prejudicados, na medida em que a Venezuela não permitisse a passagem das exportações brasileiras pela região.

A neutralidade oficial brasileira em relação ao conflito é uma vitória do Itamaraty frente à posição castrense. Os militares eram favoráveis à Venezuela já que existem temores pela aproximação do Brasil com a Guiana, uma vez que esta tem um tratado de apoio muito com Cuba.

(Liliana Vera)

Kohl mantém três ministros de Schmidt

O novo gabinete da Alemanha Federal inclui três membros-chaves do gabinete de Helmut Schmidt. O chanceler Helmut Kohl, que substituiu na chefia do governo a Schmidt, na sexta-feira passada, 1º de outubro, manteve o ministro das Relações Exteriores e vice-chanceler Hans Dietrich Genscher; o ministro da Economia, Otto Lambsdorff; e o ministro da Agricultura, Josef Ertl.

Os três ministros pertencem ao Partido Liberal, que governou em coalizão com o Partido Social Democrata, de Schmidt, durante 13 anos, coalizão rompida no dia 17 de setembro, quando os liberais renunciaram por divergir do projeto de orçamento para 1983.

O rompimento dos liberais com os sociais democratas se deu por causa das profundas divergências que tinham quanto às medidas tomadas frente à crise econômica mundial, que se reflete no aumento do desemprego, na dívida pública, na redução do índice de crescimento e da arrecadação fiscal.

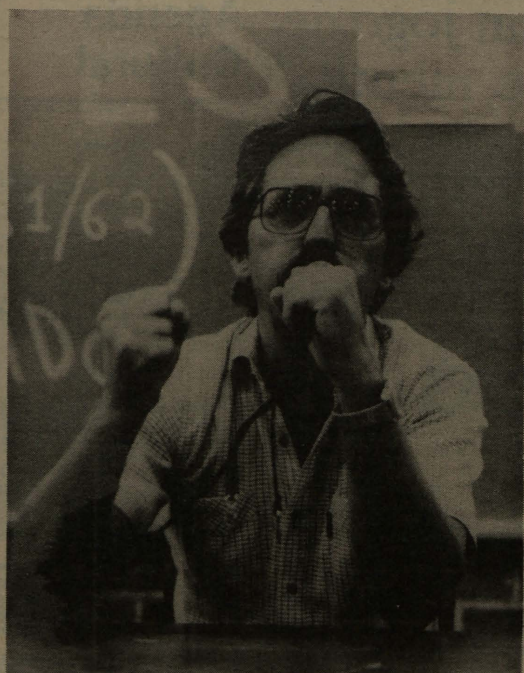
MAIS IMPOSTOS

Os sociais democratas pretendiam introduzir impostos adicionais sobre os rendimentos e salários mais altos e já tinham feito concessões na rede de seguro social. Os liberais, liderados por Genscher, propunham a redução dos impostos cobrados dos empresários e dos benefícios sociais dos assalariados. Em suma, eles pretendiam melhorar as condições para os investimentos privados e tirar dos que não podem investir.

Lambsdorff, ministro da Economia do atual governo pretendia reduzir o seguro-desemprego; os benefícios sociais em geral; as bolsas de estudo, convertidas em empréstimos; e o pagamento de salários nos casos de doença.

Com respeito à política externa alemã, haverá mudanças, e se prevê que esta política será mais conveniente para a Casa Branca de Reagan. Kohl, em discurso pela televisão disse que seu governo de coalizão com os liberais continuará com o projeto de construção do gasoduto transiberiano com a União Soviética, apesar do embargo-norte-americano, mas que não pretende que Alemanha Ocidental se desenvolva novamente numa disputa do gênero com os Estados Unidos. (Liliana Vera/Pesquisa Campus)

Oposição ainda não protestou contra a "lei do silêncio"



Para o ex-presidente da UNE, democracia plena só com revolução de fato

Debate de Aldo Arantes vira guerra PT X PMDB

Com o propósito de discutir as eleições de novembro, o Diretório Central de Estudantes e o bloco popular do PMDB, trouxeram à UnB o candidato a deputado federal por Goiás, Aldo Arantes, ex-presidente da União Nacional dos Estudantes, para debater o tema "Os estudantes e as eleições". O que se presenciou, no entanto, foi uma verdadeira "Guerra" de acusações de parte a parte entre os militantes do PT e do PMDB, fato, aliás, que vem se tornando frequente em todos os locais em que os dois partidos estão presentes.

Apesar do grande "chamariz" que representa a figura de Aldo Arantes, como os próprios convites para o debate revelavam — "perseguido, preso, torturado", e presidente da UNE (1961/62) —, o auditório não lotou. Quem pensou que iria discutir eleições, ouviu, ao contrário, uma pregação do antigo líder estudantil em favor de uma revolução de fato, a seu ver, único meio de levar o país a uma democracia plena.

Para Aldo Arantes, as eleições de novembro representam um importante passo na conquista da democracia no país. Mas, ao mesmo tempo, considera falsa a ideia de que é possível chegar ao socialismo através das eleições, pois, elas trazem os vícios de um regime capitalista e militar. No seu entender, a transformação estrutural da sociedade brasileira só acontecerá através de uma revolução.

ESTUDANTES

O candidato peemedebista afirma que a crise, "que hoje aí está", gera o desespero, mas gera também a resistência, a luta, e "é isso que os estudantes devem fazer, lutar pelos

seus direitos fazendo greve, se necessário". Segundo Aldo Arantes, o governo tentou criar uma falsa ideia da realidade brasileira para os estudantes, ao introduzir nos cursos, matérias como Educação Moral e Cívica e Estudos dos Problemas Brasileiros, que escondem a verdadeira situação nacional. Tentou, também, "colocar na cabeça das pessoas que estudante é pra estudar, professor é pra dar aulas, trabalhador é pra trabalhar". Mas, "é necessário que os estudantes participem, que se lancem nas eleições desse ano com um objetivo claro, — derrotar o PDS e o regime militar", concluiu Aldo.

ACUSAÇÕES

O debate tornou-se, até certo ponto, ríspido quando um dos estudantes presentes acusou pessoas do bloco popular do PMDB de Goiás de andar em carros de Irapuan Costa Júnior, antigo colaborador do regime e agora candidato pelo PMDB. Aldo Arantes considerou a acusação como sendo falsa e agressiva, pois, "sempre fui contra a filiação de Irapuã ao partido e prego isso abertamente".

Ao rebater as críticas de que o PMDB é uma frente ampla demais que comporta elementos da extrema-esquerda à extrema-direita, o ex-presidente da UNE afirmou categoricamente que não entrou para o PT porque ele não passa de um partido social-democrático, e acusou o PT de fazer o jogo do governo, ao pregar que o PMDB e o PDS são farinha do mesmo saco. Quanto ao tema do debate "Os estudantes e as eleições", quem sabe venha a ser discutido depois das mesmas. (James Gama)

Os partidos de oposição com representação no DF ao que parece se acomodaram à decisão da Secretaria de Segurança Pública revogando a Portaria nº 91, que estabelecia os lugares onde podiam se realizar comícios. Isso, depois de acordarem que entrariam conjuntamente com um mandado de segurança contra o artigo 24 da lei Etelvino Lins, que proíbe qualquer tipo de propaganda eleitoral no DF, e contra a revogação da portaria.

Apesar de entenderem que nenhuma lei ou portaria pode invalidar o artigo 153, parágrafo 27 da Constituição — que garante o direito de reunião — a oposição, representada por seus líderes locais. Maerle Lima (PMDB), Fernando Saraiva (PT) e Alvaro Paim (PDT), resolveu, antes de tomar qualquer medida definitiva, consultar a executiva nacional dos partidos, inclusive, quanto à proposta do PT de realizarem um ato público conjunto de protesto.

Na ocasião, o líder do PDT/DF, Alvaro Paim, cogitou a possibilidade de se entrar, também, com um mandado de segurança contra a lei Falcão, origem de todo o problema. Para tanto, seria necessário o respaldo e orientação da OAB, com a qual já mantivera contato. Agindo assim, os diretórios regionais dos partidos davam um grande passo na união de forças para lutar por um objetivo comum, a despeito das desavenças existentes entre eles na disputa pelas eleições em outros estados.

AUSENCIAS

Estranhamente o PMDB e o PDT não compareceram à reunião marcada na sede do sindicato dos bancários, com o PT e representantes dos sindicatos do DF, para deliberarem as medidas a tomar. Estiveram presentes apenas o presidente do PT/DF, Francisco Morbeck, e o vice-presidente, Jorge Vinhas, além dos representantes dos sindicatos dos engenheiros e dos arquitetos. O não comparecimento dos outros sindicatos talvez tenha ocorrido devido ao esclarecimento da Secretaria de Segurança de que estavam proibidas apenas as manifestações de caráter político-partidário e não todo tipo de manifestação, como se anunciou anteriormente.

Para Jorge Vinhas, fica difícil qualquer tomada de posição sem uma maior união entre os partidos. No entanto, o PT já programa para fins de outubro um ato público de repúdio a essa proibição, trazendo a Brasília alguns dos seus líderes mais importantes, talvez o próprio Lula, caso o diretório paulista concorde.

O vice-presidente do PT/DF não concorda com a afirmação de que o clima entre as autoridades e partidos é amistoso, conforme vem sendo divulgado. Para ele, a forma como vem se conduzindo no caso o secretário de segurança, Lauro Riehl, é própria de um regime autoritário. Entende, também, que praticamente de nada vai adiantar entrar com um recurso contra a revogação da portaria, porque quem irá julgá-lo será o TSE, mesmo órgão que a entendeu como sendo inaplicável no DF.

Ainda que a oposição esteja oscilando entre ações mais energéticas e ações mais moderadas, o importante é que se mantenha unida e não se entregue nessa luta que é de todos nós — conseguir com que Brasília conquiste o seu espaço político de direito. (Jânio Carlos e James Gama)



Nem voto, nem comício. DF fora das eleições

O desembargador Eduardo Ribeiro, vice-presidente do Tribunal Regional Eleitoral do DF, declarou ao Campus que a lei que regula a realização de comícios, é impossível de ser aplicada aqui com as mesmas normas que regulam a propaganda no restante do Brasil. No entanto, afirmou que isto não exclui a possibilidade de proceder às necessárias adaptações na legislação de maneira a viabilizar alguma espécie de propaganda local, embora desconheça qualquer proposição neste sentido.

Para Eduardo Ribeiro, a formação política do eleitor de Brasília não será prejudicada pela falta de propaganda, uma vez que está em permanente contato com os grandes temas nacionais, assim como os de interesse local, expostos diariamente nos diversos veículos de comunicação. E conclui: "O distanciamento é apenas das manifestações políticas e o que certamente pode haver é alguma frustração decorrente da impossibilidade de participação direta no processo eleitoral".

COMUNIDADE

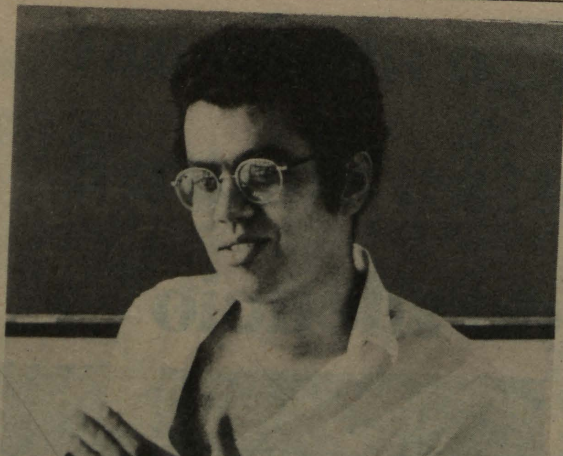
Os eleitores de Brasília, de um modo geral, se ressentem do distanciamento no processo político do país, que lhes é imposto, também, pela falta de propaganda eleitoral, o que tem aumentado o grau de indecisão dos brasilienses.

Para Argemiro Neto, aluno da UnB, é uma "antítese incons-

titucional" o não direito ao voto e a proibição de manifestações políticas no DF, pois as pessoas que irão votar em candidatos de seus estados de origem não são informados das plataformas eleitorais.

O jornalista e professor, Carlos Chagas analisa o problema de forma mais abrangente, e afirma ser contra não só o artigo 24 da lei Etelvino Lins, que proíbe campanhas políticas no DF, como também é contra o princípio que nega autonomia à sua população. Segundo ele, a nossa constituição é uma mera "colcha de retalhos e os donos do poder, que a manipulam, transformaram os habitantes de Brasília em incapazes, assim como os incapazes do código civil que não estão na plenitude dos seus direitos políticos". Para Carlos Chagas é fundamental que a população de Brasília escolha os seus representantes e o governador que, na sua opinião, "é simplesmente alguém que o presidente tira do bolso do colete, do rol de suas amizades".

Quanto à falta de propaganda eleitoral no DF, Carlos Chagas considera uma "aberração" e justificou: "Se já existe essa execrável lei Falcão que proíbe qualquer tipo de propaganda no rádio e na TV, pelo menos que se nos dessem o direito de assistir a comícios de candidatos dos estados de origem". E conclui: "Nem todo mundo tem condições ou tempo de ler jornal, principalmente de outros estados, que na maioria nem chegam aqui". (Miréa Santos)



Anand Rao tenta se reabilitar com o público universitário

Anand, a volta de um poeta "marginal"

— Não fantasmiezei seu próximo da próxima vez, que a nudez da virgem sucumbe à intrépida mágica da prostituta. Assim ele disse e assim ele partiu. Saiu calado, quase cabisbaixo, e, com versos mágicos, voou. Viola nos dedos, poesia na boca, encenação nos movimentos, voou alto, de norte a sul. Só não voou até Brasília, aliás, onde vive. E agora, ano e meio depois, ele volta, com olhar moderado, atitudes timidas e pensamento cósmico. Seu nome: Anand Rao, poeta e agitador cultural.

Mas que Anand Rao? Aquele gradalhão ingênuo — às vezes bobo-solitário, por muitos acusado de individualista, de chato e até de nocivista? Aquele Anand que pretendia vender poesias como se vende chope; que iniciou a construção de uma estátua no C.O. para humanizar os alojamentos que pregava poesias suas nas paredes do Minhoca? O Anand dos mil agitos culturais, do Navegus, do Show do Arrotto, do movimento "marginal"? É este mesmo Anand, que estava sumido, e que de repente alguém percebe que novamente, ainda atrás de divulgação. Que novidade ele nos trás desta vez?

MARGINAL

Anand Rao foi um poeta típico dos tempos em que os artistas locais pretendiam fazer frente à hegemonia cultural do eixo Rio/São Paulo através da "cultura marginal". Fazia-se tudo "marginal": teatro, música, artes plásticas e, principalmente, poesia. Todos eram poetas, e quase todos publicavam seus "livrinhos" para serem vendidos nos bares, teatros e universidades. E Anand foi dos mais ativos — e conhecidos — integrantes da chamada "marginalia".

Em quatro anos de atividades, publicou 11 livros de poesias. Mais preocupado com a produção que com compreensão do público, seus poemas, herméticos, agradaram a poucos; assim como sua música, cantada no Anfiteatro 8 todas as terças-feiras, no Show do Arrotto, do qual foi o criador e primeiro responsável. Impressionado com o pouco espaço que a imprensa dedicava a arte "marginal", fez o jornalzinho Navegus para a divulgação dos alternativos. Espalhou poemas pelos corredores da UnB, e, ao colar também retratinhos seus, recebeu energias críticas. Desde o

início de 1981, porém, Anand sumiu, assim como sumiram todos os demais "marginais".

REABILITAÇÃO

E aonde estava ele todo esse tempo? "Eu nunca parei — esclarece — apenas passei um tempo sem sair nos jornais de Brasília". Nesse período publicou mais quatro livros, com distribuição apenas no Rio, Salvador, Recife e São Paulo. Para esta mineira que há quase cinco anos, vem vencendo o medo de avião para estar na cidade quinzenalmente, é um pouco difícil conceituar toda uma filosofia, uma ideologia vivencial. Na verdade, a Biodança trás consigo um novo estilo de vida que é desenvolvido através de exercícios que propiciam a vivência da sensibilidade corporal.

Para Brasília, ele apresenta um outro show musical em fins de novembro, nos Dois Candangos; e seu último livro, *Transparências e Espelho do Outro Lado da Lua*, onde Anand tenta, ainda que timidamente, fazer as pazes com o público universitário. E quem se der ao trabalho de examinar a obra, de alma aberta para seus erros passados, encontrará um poeta diferente, muito mais maduro, que fará o leitor encontrar o mundo mágico.

Ele volta voando, desta vez em vãos mais altos, cósmicos. Vãos que vão atingir o outro lado da Lua. Vivo pelas vidas, rastros de amor, e prossigo minha trilha, na penumbra de me saber tutador. Calo, e tento pelas ávidas vontades respirar as pulsações do mundo. O fundo do meu coração é a transparência, o espelho que me leva ao outro lado da Lua.

Sua "viagem" sai do livro e continua por uma turnê, por cinco capitais, que Anand Rao programou para dezembro próximo. "O show é Anand como um todo, numa mistura de música, poesia e teatro. Ele tenta transmitir o lado menos material da vida, o outro lado da Lua. É uma veia de sonho". E complementa: "Por que não faço esse show em Brasília? Porque, com a opinião que o público tem de mim, a transmissão dessas visões sobre a paz e o amor seria difícil". Mas a culpa desta má visão do Anand é unicamente do Anand afirma, finalizando em versos: Eu não vejo o visível/ vejo sim o invisível/ e só/ contendo em minha alma meu amor/ Dor profunda/ e infinita/ de um mundo que passa e felicita aqueles de visão visível/ Eu não vejo o visível/ vejo sim o invisível. (Hugo Studart).

Biodança um jogo de corpo e de mente

De quinze e quinze dias já se tornou comum ver um anúncio sobre Biodança nos principais jornais da cidade. De repente, Biodança é quase que uma palavra de ordem para aqueles que estão empenhados em descobrir qual é o jogo do corpo na dança da vida. Foi exatamente à procura de uma



Bernadete Lenza

definição do que venha a ser Biodança, que o Campus em busca de Bernadete Lenza, diretora do Instituto Brasileiro de Biodança, com sede aqui em Brasília e São Paulo. Para esta mineira que há quase cinco anos, vem vencendo o medo de avião para estar na cidade quinzenalmente, é um pouco difícil conceituar toda uma filosofia, uma ideologia vivencial. Na verdade, a Biodança trás consigo um novo estilo de vida que é desenvolvido através de exercícios que propiciam a vivência da sensibilidade corporal.

FAMÍLIA

Neste trabalho, mente e corpo não são elementos dissociados. Se por um lado a Biodança atua contra o "stress", a pressão alta; por outro, ela também não deixa de reforçar a parte psíquica do indivíduo, dando a cada pessoa o poder de se autovalorizar e, consequentemente, o direito de mudar as suas iniciativas frente à vida, a sua coragem diante do aqui agora.

Segundo Bernadete, existem uma grande necessidade de desenvolvermos nossas imensas zonas de silêncio (sic): "As vezes a gente gasta muita ener-

gia, tempo e dinheiro com as aquisições materiais, em busca do status. Mas absolutamente, não estamos acostumados a investir este mesmo tempo na reformulação de nossas vidas. É claro, que estas reformulações não são feitas da noite pro dia. Na Biodança, as mudanças são

ser Biodança, que o Campus em total não existe; até mesmo porque é importante que uma pessoa retire uma coisa não muito saudável de dentro de si com tempo suficiente para colocar outra no lugar. Se tirássemos tudo de repente poderia haver, inclusive, o grande risco de uma desintegração. E nunca é demais lembrar que uma pessoa é também a sua parte não saudável".

E foi com esta mesma consciência que Bernadete Lenza criou aqui em Brasília, o mais novo Grupo de Biodança do Brasil — o Grupo Família. Primeiro sonho que ela alimentou assim que se formou em Biodança. "O meu objetivo neste grupo é fazer com que a família tenha em casa não apenas o pai e a mãe mas acima de tudo amigos. O importante é que sob o teto no qual comem e dormem, todos possam ter um relacionamento horizontal. Por exemplo: o pai recebe o filho, protege-o, ampara-o, e o filho idem. Sem maiores paternalismos. Acredito que senos tivémos amigos dentro de casa, nós sairíamos para a rua com muito mais coragem de enfrentar as situações esentir as pessoas". (Mara Régia)

Agenda Cultural

TEATRO

Maria Cantiga de Roda — de George Duarte. O grupo Leite e Mel do Cerrado apresenta nos dias 29, 30, 31 de outubro, 1º e 2 de novembro às 21 h na Sala Martins Penna (Teatro Nacional). Censura Livre. Boa Noite General — de João Vianney. A partir do dia 28 de outubro no Teatro Dulcina, às 21 h.

CINEMA

Os Muckers — direção de Jorge Bodanzky e Wolf Gauer. Dias 23 e 24 de outubro às 16 h, na Cultura Inglesa.

A Ilha Nua — direção de Kaneto Shindo. De 19 a 21 de outubro. Sessões: de terça a sexta às 20-40 h. Sábado e domingo, às 18, 20h, e 22 h, na Cultura Inglesa.

Stromboli — direção de Roberto Rossellini. De 26 a 31 de outubro. Sessões: de terça a sexta às 20-40h. Sábado e domingo às 18h, 20h, e 22h, na Cultura Inglesa.

Meu Tio da América — direção de Alain Resnais. De 25 a 31 de outubro. Sessões: 16h, 18h, 20h e 22h. Sábado e domingo, também às 14h., no Cine Brasília.

MÚSICA

Projeto Pinxigüinha — Dias 22 e 23 de outubro, Peri Ribeiro, Herivelto Martins e Trio de Ouro. Dias 29 e 30 de outubro, João do Vale, Milena e Bolo de Feira. Na Escola-Parque às 18:30 h. Ingressos Cr\$ 200,00 (preço único).

Sala Funarte — Música Erudita, nas Terças Musicais. Dia 19 de outubro, Joel Bello Soares. Dia 26, Guerra Vicente. Nos finais de semana, shows de MPB, com grupos de Brasília, Goiás e Mato Grosso.

Intelectuais, mas só na teoria

Em seu livro *Intelectuais e Vivaldinos*, recentemente lançado, o professor Pedro Demo, do Departamento de Sociologia da UnB, aborda o problema da coerência entre a teoria e a prática do intelectual, ao mesmo tempo que defende a importância da crítica e da autocritica, bem como do pluralismo ideológico. Segundo o autor, o engajamento dos intelectuais com a prática é fundamental para que haja a cristalização dos valores democráticos. Trata-se, em última análise, de uma reflexão sobre o intelectual e seu papel na comunidade.

O "Vivaldino", conforme esclarece, seria o intelectual que tira proveito de sua posição privilegiada na sociedade e sabe encobrir isto com propostas pretensamente avançadas, progressistas, sem exercer qualquer prática coerente.

PEQUENO-BURGUES

Nesse sentido, a preocupação em torno da origem pequeno-burguesa do intelectual constitui-se a partir da dificuldade deste segmento social em se identificar com as classes desprivilegiadas. Em geral, os intelectuais produzem um discurso de identificação que não se concretiza na prática. Existe mesmo uma tendência histórica do intelectual de não colocar em risco a sua posição e apenas justificar a ideologia dominante.

Em entrevista ao Campus, Pedro Demo ressaltou que a crítica radical



Pedro Demo defende, em seu livro, o engajamento dos intelectuais na prática



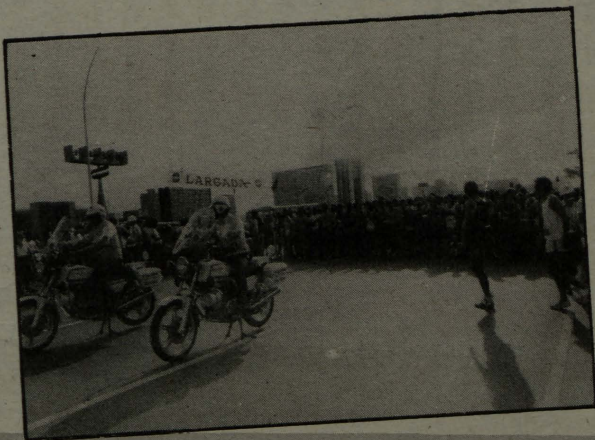
sem prática é inócua e legitimadora porque, na medida em que não se materializa, dá ao sistema a oportunidade de parecer liberal, de mostrar-se democrático.

Observou ainda que hoje na América Latina não existem condições de prática radical, ou seja, aquela que se propõe a superar a ordem estabelecida, mas entre este extremo e o reacionário há inúmeras práticas reformistas e conservadoras, através das quais será pos-

sível negociar e conquistar espaços. Uma atividade dentro do governo, por exemplo, é no máximo reformista. Entretanto, mesmo nesta hipótese será possível realizar-se um reformismo decente. Afinal, como afirma Pedro Demo, o governo não é uma figura monolítica que só comete erros e só prejudica o povo. Seja nos partidos, nos sindicatos, na igreja, nas cooperativas, importa sobretudo a prática, ainda que em proporções reduzidas. (Ricardo Bandeira)



Mil atletas, entre homens e mulheres, participaram da Corrida "Playboy-Viva" que foi realizada em Brasília no dia 2 de outubro. Fazendo percurso da corrida, 8 quilômetros, em 25 minutos, 30 segundos e 7 décimos o primeiro lugar ficou com o carioca Palmerino Benjamim Campos. Em segundo lugar, chegou o atleta Gilberto Silva. Ficando Esmael Silva, do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, com o terceiro lugar. Também participaram da corrida cinco índios: dois da tribo Xavante e três da Terena. O melhor classificado entre eles foi Sebastião Terena, que ficou na 108ª posição.



Sandra Tibana

Em tempo de vôlei, AAAUnB faz torneio

Realizou-se no último domingo, dia 10, no C.O., um Torneio Relâmpago de Vôlei, competição que faz parte do programa de integração do aluno/esporte da AAAUnB. "O objetivo básico dessas competições é a atividade física. Desenvolver no aluno um conceito de grupo e liderança, coisa que é difícil de aprender na UnB, é a explicação da coordenadora de vôlei, professora Maria Helena Siqueira, para essa nova tentativa da AAAUnB. "Nós aqui vamos tentar fazer um trabalho de massa em vôleibol", continuou ela, "se bem que o importante aqui não seja o vôlei, handbol ou a natação, e sim o que podemos conseguir a nível social a partir dessa participação".

RECEPTIVIDADE

A idéia é válida e teve boa receptividade. A competição de domingo, por exemplo, mobilizou 13 duplas mistas, que eram formadas aleatoriamente por alunos dos mais variados cursos da universidade. Os alunos também participaram da organização, inscrições e da própria arbitragem dos jogos, tornando o ambiente bem informal, o que é imprescindível para uma proposta assim.

Um torneio "relâmpago" também tem a vantagem de não precisar mobilizar equipes par-

ticipantes por mais de um dia, o que tornaria mais cansativo, desmotivando os atletas. De acordo com a AAAUnB, a integração com o esporte tem de ser lenta, pois de outra maneira não dá certo, como já foi provado em experiências anteriores.

Além disso, a formação de clubes seria consequência natural de um trabalho assim. "O clube seria o núcleo de toda essa participação", afirma a professora Maria Helena. Esses clubes teriam autonomia suficiente, apesar de regidos por uma entidade única. A eles seriam oferecidos treinadores de todos os setores do esporte que, por sua vez, estariam participando da Bolsa do Trabalho/Esporte, oferecida pela própria associação. Na UnB de hoje já existem algumas tentativas nesse sentido, se bem que seja apenas casos isolados como a Agro-Flor. Isso inclusive incentivaria esses setores, criando novos espaços para o esporte na universidade, motivando um maior número de torneio de melhor nível técnico.

A idéia da AAAUnB é de trazer para o aluno, cada fim de semana uma novidade diferente. O que resta ao universitário interessado é ficar de ouvidos e olhos bem abertos, para não perder a oportunidade de deixar a UnB mais humana. (Maria Luíza Bregido)

Classificados

AP no Rio

Vendo apartamento em Botafogo, perto de Furnas. 2 quartos, sala, banheiro, dep. empreg., garagem. 8 milhões. Tratar com Milton Filho. Tel. 273-6246:

Óculos

Se você achou um óculos perdido no Bandeirão, favor entregar a um vigilante, ou então no C.O., Bloco A, apto. 110. Obrigado!

Geladeira

Vende-se uma usada. Cr\$ 10 mil. Tel. 272-2136.

Aromatizantes

Vende-se 10 cxs de aromatizantes de ambiente universitário (ind. argentina). Tratar com Roberto. Tel. 242.7853.

Geladeira

Se você tem uma geladeira conservada e pretende vendê-la, ligue para 272-4601 e fale com o Jânio ou Carlúcio.

Paisagismo

Consultoria técnica e implantação de jardins, pomares etc. Fernando e Jorge Florentino. Fone: 248-0581 e 272-0595.

Som

Vendo aparelhagem de som em ótimas condições. Roney. 2 às 4 hs, na sala B 2-18, segundas e quartas-feiras.

Ginástica

Vende-se material de ginástica em ótimo estado. Motivo viagem. Tratar com Márcio. Tel. 226-9277, à noite.

Walkman

Vende-se rádio de ouvido Walkman. Toca-fitas, rádio, FM. Cr\$ 35 mil. Procurar Júnior. Tel. 272-3111.

Bugue

Vende-se bugue vermelho 81, rodas de magnésio. Tratar com Marcelle ou Gustavo no Deptº de Economia.

Caravan

Vende-se Caravan 78, marrom metálico. Placa AM 1515. Preço de ocasião. Tratar com Eliton. Tel. 248.1991.

Baby-sitter

Psiu! Se você quer sair à noite e não tem com quem deixar seu filho, ligue para Luciene, estudante de Comunicação da UnB, nos seguintes telefones: manhã e noite, 272-0000 R/2254; à tarde, 225-9105 R/354. Grande experiência.

Palhacinha

Hoje é aniversário do seu filho ou filha? Então faça algo diferente para ele ou ela. Contrate os serviços de Luciene Assis, da Comunicação da UnB, para animar a festa como a Palhacinha Lulinha. Informações pelo telefone 225-9105 R/354, na parte da tarde.

Trotsky e Lênin

Os doces de maior sucesso até hoje na UnB continuam à venda na porta do Bandeirão. "Brigadeiros e Almirantes" custam só 35 cruzeiros.

Convite

A "Asociación Hispano-Americana de Estudantes" quer a participação de todos os interessados em suas atividades esportivas, culturais, científico-tecnológica e médico-assistenciais. Ligar para 226-0638, falar com Francisco ou Damelis.

Anuncie

Para que seu classificado chegue ao Campus, deposite seu anúncio nas urnas existentes no Bandeirão e nas entradas Sul e Norte. Máximo de 30 palavras. Sai de graça. Indique quantas vezes você quer que o anúncio saia.

Brasília



Armando Bulcao

“Existe uma relação entre formas de sociedade e convivência e o espaço onde elas se dão. Isto se encontra escrito, impresso, materialização no espaço”.

Fred Holanda, IA / UnB.



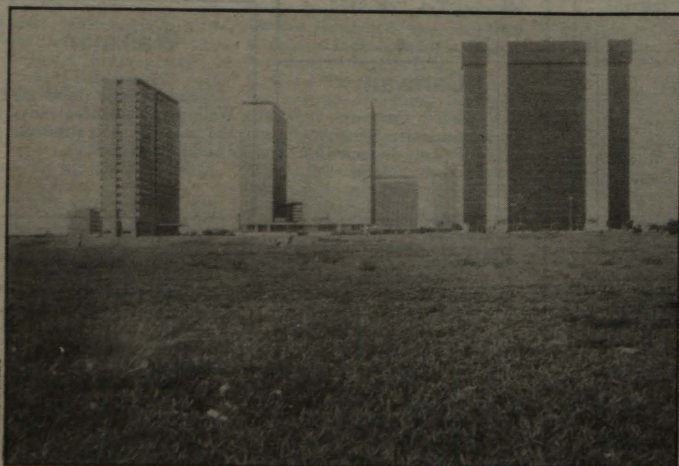
Armando Bulcao

“Sua principal característica é a função governamental. Em torno dela se agrupam todas as funções e para ela todo o projeto”.

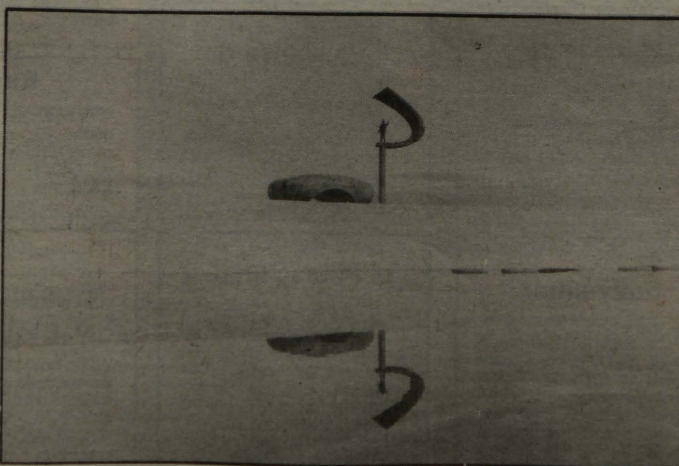
João Evangelista, ADUnB.

“Diferentemente de todas as cidades, Brasília foi um gesto, uma proposta. E isso precisa ser entendido”.

José Carlos Coutinho, IAB / UnB.



Armando Bulcao



Sandra Tibang